

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	20
---	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	176
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	178
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	99.679
Preferenciais	158.094
Total	257.773
Em Tesouraria	
Ordinárias	233
Preferenciais	0
Total	233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	16.060.711	16.023.603
1.01	Ativo Circulante	4.821.231	4.687.886
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.941.991	1.757.576
1.01.03	Contas a Receber	538.806	880.370
1.01.03.01	Clientes	538.806	880.370
1.01.04	Estoques	1.745.902	1.573.254
1.01.06	Tributos a Recuperar	413.836	363.762
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	413.836	363.762
1.01.07	Despesas Antecipadas	177.820	109.765
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.876	3.159
1.01.08.03	Outros	2.876	3.159
1.02	Ativo Não Circulante	11.239.480	11.335.717
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.775.189	1.775.195
1.02.01.03	Contas a Receber	53.566	52.785
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	53.566	52.785
1.02.01.06	Tributos Diferidos	341.579	374.583
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	341.579	374.583
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	32.442	36.540
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	828.018	804.556
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	798.642	776.117
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	29.376	28.439
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	519.584	506.731
1.02.01.09.03	Fundo de Inv. em Direitos Creditorios	119.453	117.613
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	119.747	119.802
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	280.384	269.316
1.02.02	Investimentos	3.912.918	4.088.102
1.02.02.01	Participações Societárias	3.912.918	4.088.102
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	3.912.913	4.088.097
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	5	5
1.02.03	Imobilizado	4.888.757	4.801.998
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.235.336	4.057.168
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	216.452	219.442
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	436.969	525.388
1.02.04	Intangível	662.616	670.422
1.02.04.01	Intangíveis	662.616	670.422

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	16.060.711	16.023.603
2.01	Passivo Circulante	3.920.047	4.761.610
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	215.532	264.606
2.01.01.01	Obrigações Sociais	29.891	36.249
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	185.641	228.357
2.01.02	Fornecedores	2.048.273	2.219.699
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.978.572	2.170.234
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	69.701	49.465
2.01.03	Obrigações Fiscais	206.436	195.366
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	206.436	195.366
2.01.03.01.02	Outros (Pis , COFINS, IOF, INSS, Funrural)	206.436	195.366
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	987.528	1.228.030
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	462.258	686.566
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	47.854	284.568
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	414.404	401.998
2.01.04.02	Debêntures	505.436	520.675
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	19.834	20.789
2.01.05	Outras Obrigações	462.278	853.909
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	159.329	513.820
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	4.348	5.320
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	139.847	491.076
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	15.134	17.424
2.01.05.02	Outros	302.949	340.089
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	114.629	114.654
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	3.257	3.450
2.01.05.02.05	Aluguéis	20.796	22.887
2.01.05.02.06	Propaganda	35.288	31.396
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	5.313	7.622
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	109.455	145.869
2.02	Passivo Não Circulante	4.905.116	4.163.404
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.254.007	2.523.960
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.741.470	1.390.359
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.401.845	1.059.583
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	339.625	330.776
2.02.01.02	Debêntures	1.450.999	1.067.472
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	61.538	66.129
2.02.02	Outras Obrigações	1.289.606	1.269.246
2.02.02.02	Outros	1.289.606	1.269.246
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.289.606	1.269.246
2.02.03	Tributos Diferidos	31.597	34.392
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.597	34.392
2.02.04	Provisões	316.339	326.857
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	316.339	326.857
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	57.695	56.693
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	58.272	55.682

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	43.937	39.765
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	156.435	174.717
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	13.567	8.949
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	13.567	8.949
2.03	Patrimônio Líquido	7.235.548	7.098.589
2.03.01	Capital Social Realizado	6.106.434	5.579.259
2.03.02	Reservas de Capital	364.392	463.148
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	344.605
2.03.02.04	Opções Outorgadas	118.064	111.145
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	720.197	1.141.697
2.03.04.01	Reserva Legal	212.339	212.339
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.605	86.755
2.03.04.10	Reserva para Expansão	463.253	842.603
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-167.513	-299.913
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	212.038	214.398

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.858.868	3.853.715
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.780.853	-2.862.048
3.03	Resultado Bruto	1.078.015	991.667
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-789.364	-716.106
3.04.01	Despesas com Vendas	-610.878	-571.509
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-138.769	-143.155
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-5.278	330
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	514	330
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	-5.827	0
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	35	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-71.099	-64.664
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-71.132	-64.664
3.04.05.02	Outras despesas Operacionais	33	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.660	62.892
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	288.651	275.561
3.06	Resultado Financeiro	-123.774	-60.846
3.06.01	Receitas Financeiras	78.040	57.059
3.06.02	Despesas Financeiras	-201.814	-117.905
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	164.877	214.715
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.477	-39.839
3.08.01	Corrente	-889	5.864
3.08.02	Diferido	-31.588	-45.703
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	132.400	174.876
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	132.400	174.876
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	132.400	174.876
4.03	Resultado Abrangente do Período	132.400	174.876

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-435.470	-401.098
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	300.235	282.159
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	132.400	174.876
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (nota 17)	31.588	45.703
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	15.152	1.454
6.01.01.04	Depreciação / Amortização	71.132	64.664
6.01.01.05	Juros e variações monetária	84.563	41.393
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente	-28	0
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-36.660	-62.892
6.01.01.08	Prov. para contingencia (nota 16)	9.007	9.193
6.01.01.09	Prov. para baixas e perdas do imobilizado	0	-359
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	-6.919	8.127
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-735.705	-683.257
6.01.02.01	Contas a receber	136.151	-2.927
6.01.02.02	Estoques	-172.648	-25.319
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-46.968	-68.651
6.01.02.04	Outros ativos	-63.674	-71.686
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-387.424	-138.733
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-40.998	-10.872
6.01.02.07	Fornecedores	-173.162	-262.192
6.01.02.08	Salarios e encargos sociais	-49.074	-61.608
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	31.430	-7.605
6.01.02.10	Contingência	0	-7.492
6.01.02.11	Demais contas a pagar	30.662	-26.172
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	47.020	-207.535
6.02.01	Aumento de capital em controladas	211.880	-28.577
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-167.309	-169.276
6.02.03	Aumento do ativo intangível	2.449	-10.460
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	0	778
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	572.865	-51.293
6.03.01	Aumento / redução de capital	0	3.311
6.03.02	Captações e refinanciamentos	951.100	0
6.03.03	Pagamentos	-326.639	-18.446
6.03.04	Juros pagos	-51.571	-36.154
6.03.05	Pagamento de dividendos	-25	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	184.415	-659.926
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.757.576	1.928.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.941.991	1.268.511

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.04	Transações de Capital com os Sócios	527.175	-98.756	-421.500	0	0	6.919
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.919	0	0	0	6.919
5.04.08	Capitalização de Reservas	527.175	-105.675	-421.500	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.400	0	132.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.400	0	132.400
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.360	0	0	-2.360
5.06.04	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-2.360	0	0	-2.360
5.07	Saldos Finais	6.106.434	364.392	632.322	132.400	0	7.235.548

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.311	7.484	4.040	0	0	14.835
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.484	0	0	0	7.484
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.040	0	0	4.040
5.04.08	Capitalização de Reservas	3.311	0	0	0	0	3.311
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	170.351	0	170.351
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	170.351	0	170.351
5.07	Saldos Finais	5.378.062	654.716	606.277	170.351	0	6.809.406

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	4.287.212	4.284.080
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.275.339	4.264.422
7.01.02	Outras Receitas	15.554	21.422
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.681	-1.764
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.549.403	-3.460.031
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.201.397	-3.116.431
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-348.006	-343.600
7.03	Valor Adicionado Bruto	737.809	824.049
7.04	Retenções	-71.132	-64.664
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-71.132	-64.664
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	666.677	759.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	114.700	119.951
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	36.660	62.892
7.06.02	Receitas Financeiras	78.040	57.059
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	781.377	879.336
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	781.377	879.336
7.08.01	Pessoal	345.191	321.001
7.08.01.01	Remuneração Direta	235.434	225.392
7.08.01.02	Benefícios	81.606	70.360
7.08.01.03	F.G.T.S.	21.255	19.682
7.08.01.04	Outros	6.896	5.567
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.966	189.090
7.08.02.01	Federais	18.418	103.320
7.08.02.02	Estaduais	-20.870	68.350
7.08.02.03	Municipais	21.418	17.420
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	284.820	194.369
7.08.03.01	Juros	201.814	117.905
7.08.03.02	Aluguéis	83.006	76.464
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	132.400	174.876

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	30.228.825	29.932.748
1.01	Ativo Circulante	14.881.928	14.716.365
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.587.926	3.817.994
1.01.02	Aplicações Financeiras	367.229	608.002
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	367.229	608.002
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	367.229	608.002
1.01.03	Contas a Receber	4.243.157	4.047.234
1.01.03.01	Clientes	4.243.157	4.047.234
1.01.04	Estoques	4.848.072	4.823.768
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.100.986	888.355
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.100.986	888.355
1.01.07	Despesas Antecipadas	681.590	436.985
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	52.968	94.027
1.01.08.03	Outros	52.968	94.027
1.02	Ativo Não Circulante	15.346.897	15.216.383
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.358.109	3.398.483
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	2.020	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	2.020	0
1.02.01.03	Contas a Receber	592.925	611.630
1.02.01.03.01	Clientes	516.872	611.630
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	76.053	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.358.366	1.392.509
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.358.366	1.392.509
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	32.536	54.204
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	143.269	176.241
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	143.269	176.241
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.228.993	1.163.899
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	201.582	213.506
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	611.407	534.389
1.02.01.09.06	Valor Justo Opção Bartira	416.004	416.004
1.02.02	Investimentos	228.859	232.540
1.02.02.01	Participações Societárias	228.859	232.540
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	228.859	0
1.02.03	Imobilizado	6.861.785	6.703.595
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.003.683	5.708.306
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	335.906	294.347
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	522.196	700.942
1.02.04	Intangível	4.898.144	4.881.765
1.02.04.01	Intangíveis	4.898.144	4.881.765

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	30.228.825	29.932.748
2.01	Passivo Circulante	10.057.987	10.816.898
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	530.471	595.558
2.01.01.01	Obrigações Sociais	100.127	120.825
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	430.344	474.733
2.01.02	Fornecedores	4.864.379	5.306.349
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.781.558	5.190.645
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	82.821	115.704
2.01.03	Obrigações Fiscais	358.375	353.894
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	358.375	353.894
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	358.375	353.894
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.432.539	2.977.505
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.868.608	2.392.363
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.933.838	1.935.028
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	934.770	457.335
2.01.04.02	Debêntures	505.436	520.675
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	58.495	64.467
2.01.05	Outras Obrigações	872.223	1.583.592
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	19.909	274.291
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	19.909	274.291
2.01.05.02	Outros	852.314	1.309.301
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	116.262	116.287
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	6.095	5.383
2.01.05.02.05	Aluguéis	67.969	68.226
2.01.05.02.06	Propaganda	38.329	33.614
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	139.558	201.224
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	407.040	682.162
2.01.05.02.10	Aquisição de Sociedades	62.850	188.194
2.02	Passivo Não Circulante	10.463.224	9.532.080
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.123.194	5.591.936
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.582.515	4.423.366
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.130.829	3.742.950
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	451.686	680.416
2.02.01.02	Debêntures	1.450.999	1.067.472
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	89.680	101.098
2.02.02	Outras Obrigações	1.657.854	1.376.788
2.02.02.02	Outros	1.657.854	1.376.788
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.401.143	1.376.788
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	32.199	0
2.02.02.02.05	Aquisição de Sociedades	224.512	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.312.818	1.325.333
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.312.818	1.325.333
2.02.04	Provisões	675.517	697.806
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	675.517	697.806
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	174.001	161.491

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	113.162	108.843
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	58.688	52.857
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	329.666	374.615
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	693.841	540.217
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	693.841	540.217
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	9.707.614	9.583.770
2.03.01	Capital Social Realizado	6.106.434	5.579.259
2.03.02	Reservas de Capital	364.392	463.148
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	344.605
2.03.02.04	Opções Outorgadas	118.064	111.145
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	720.197	1.141.697
2.03.04.01	Reserva Legal	212.339	212.339
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	44.605	86.755
2.03.04.10	Reserva para Expansão	463.253	842.603
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-167.513	-299.913
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	212.037	214.398
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.472.067	2.485.181

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	10.868.794	6.972.793
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.020.396	-5.301.738
3.03	Resultado Bruto	2.848.398	1.671.055
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.425.217	-1.342.791
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.887.504	-1.012.729
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-378.078	-232.026
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.354	26.983
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	486	-341
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	1.834	27.324
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	34	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-172.536	-147.223
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-158.151	-110.598
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-14.385	-36.625
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.547	22.204
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	423.181	328.264
3.06	Resultado Financeiro	-325.725	-101.240
3.06.01	Receitas Financeiras	133.372	77.617
3.06.02	Despesas Financeiras	-459.097	-178.857
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	97.456	227.024
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	13.394	-56.673
3.08.01	Corrente	-18.159	-7.964
3.08.02	Diferido	31.553	-48.709
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	110.850	170.351
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	110.850	170.351
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	132.400	174.876
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-21.550	-4.525
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	132.400	174.876
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	132.400	174.876
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	110.850	170.351
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	21.550	4.525

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.454.446	-562.479
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	513.096	466.658
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	132.400	174.876
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	-31.553	48.709
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	7.089	-2.330
6.01.01.04	Depreciação / amortização	158.151	110.598
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	264.227	101.695
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	-4.216	0
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-10.547	-22.204
6.01.01.08	Provisão para contingencia	26.712	51.712
6.01.01.09	Prov. baixas e perdas de imobilizado	-698	0
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	-6.919	8.127
6.01.01.11	Participação minoritaria	-21.550	-4.525
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.967.542	-1.029.137
6.01.02.01	Contas a receber	-420.350	25.336
6.01.02.02	Estoques	-20.088	-35.836
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-193.699	-103.527
6.01.02.04	Outros ativos	-196.190	-102.229
6.01.02.05	Partes relacionadas	-13.510	-11.144
6.01.02.06	Depositos judiciais	-117.510	-21.336
6.01.02.07	Fornecedores	-692.873	-602.377
6.01.02.08	Salarios e encargos sociais	-65.087	-103.726
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	41.037	-46.368
6.01.02.10	Contingencias	-6.575	-48.897
6.01.02.11	Demais contas a pagar	84.532	20.967
6.01.02.12	Aplicações Financeira	-367.229	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-264.107	-263.403
6.02.01	Aquisição de empresas	0	-28.546
6.02.02	Aumento de capital em controladas	82.008	0
6.02.03	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-286.664	-222.385
6.02.04	Aumento do ativo intangível	-59.451	-13.654
6.02.05	Venda de bens do imobilizado	0	1.182
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	880.483	289.315
6.03.01	Aumento / redução de capital	0	3.311
6.03.02	Captações e refinanciamento	2.127.086	386.137
6.03.03	Pagamentos	-1.188.862	-62.167
6.03.04	Juros pagos	-57.716	-37.962
6.03.05	Pagamento de dividendos	-25	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-838.070	-536.567
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.425.996	2.344.200
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.587.926	1.807.633

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.04	Transações de Capital com os Sócios	527.175	-98.756	-421.500	0	0	6.919	0	6.919
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.919	0	0	0	6.919	0	6.919
5.04.08	Capitalização de reservas	527.175	-105.675	-421.500	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.400	0	132.400	-21.550	110.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.400	0	132.400	-21.550	110.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.360	0	0	-2.360	8.436	6.076
5.06.04	Ajuste de avaliação patrimonial	0	0	-2.360	0	0	-2.360	0	-2.360
5.06.07	Participação de acionista não controladores	0	0	0	0	0	0	8.436	8.436
5.07	Saldos Finais	6.106.434	364.392	632.322	132.400	0	7.235.548	2.472.067	9.707.615

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220	32.505	6.656.725
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.374.751	647.232	602.237	0	0	6.624.220	32.505	6.656.725
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.311	7.484	4.040	0	0	14.835	-31.357	-16.522
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.484	0	0	0	7.484	0	7.484
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	4.040	0	0	4.040	0	4.040
5.04.08	Capitalização de Reservas	3.311	0	0	0	0	3.311	0	3.311
5.04.09	Part. de acionista não controladores	0	0	0	0	0	0	-31.357	-31.357
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	170.351	0	170.351	4.525	174.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	170.351	0	170.351	4.525	174.876
5.07	Saldos Finais	5.378.062	654.716	606.277	170.351	0	6.809.406	5.673	6.815.079

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	12.361.134	7.833.180
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	12.373.212	7.784.930
7.01.02	Outras Receitas	27.167	56.341
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.245	-8.091
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.463.606	-6.364.257
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.320.901	-5.776.218
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.142.705	-588.039
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.897.528	1.468.923
7.04	Retenções	-164.122	-110.598
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-164.122	-110.598
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.733.406	1.358.325
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	143.919	99.821
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.547	22.204
7.06.02	Receitas Financeiras	133.372	77.617
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.877.325	1.458.146
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.877.325	1.458.146
7.08.01	Pessoal	1.197.559	523.811
7.08.01.01	Remuneração Direta	916.697	378.380
7.08.01.02	Benefícios	180.329	106.171
7.08.01.03	F.G.T.S.	88.440	31.967
7.08.01.04	Outros	12.093	7.293
7.08.01.04.01	Participações	12.093	7.293
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	842.954	423.190
7.08.02.01	Federais	310.262	241.988
7.08.02.02	Estaduais	484.646	147.021
7.08.02.03	Municipais	48.046	34.181
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	725.962	340.794
7.08.03.01	Juros	459.097	178.857
7.08.03.02	Aluguéis	266.865	161.937
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-21.550	-4.525
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-21.550	-4.525
7.08.05	Outros	132.400	174.876
7.08.05.01	Acionistas da Companhia	132.400	174.876

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



São Paulo, Brasil, 12 de maio de 2011 – O Grupo Pão de Açúcar (BM&FBOVESPA: PCAR4; NYSE: CBD) anuncia os resultados do 1º trimestre de 2011. As informações operacionais e financeiras da Companhia, apresentadas a seguir, foram elaboradas em conformidade com as normas International Financial Reporting Standard (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas com números em Reais. Os comentários estão distribuídos da seguinte forma: (i) **"GPA Alimentar"** - que excluem integralmente os resultados operacionais e financeiros da Globex Utilidades S.A (que incluir Nova Casas Bahia e Nova Pontocom), (ii) **"GPA Consolidado" (CBD)** - que incluem integralmente os resultados operacionais e financeiros de Globex Utilidades S.A., e a partir de novembro de 2010 a Nova Casas Bahia. Todas as comparações referem-se ao mesmo período de 2010, exceto onde estiver indicado de outra forma.

GPA ALIMENTAR

O EBITDA totalizou R\$ 431,2 milhões no trimestre, com margem de 7,2%

- No 1T11, as vendas brutas e líquidas totalizaram R\$ R\$ 6.640,2 milhões e R\$ 5.984,4 milhões.
- No conceito 'mesmas lojas'⁽¹⁾, as vendas brutas cresceram 5,6% em comparação ao 1T10, impactadas pelo efeito sazonal da Páscoa.
- No 1º quadrimestre (jan-abr) de 2011, as vendas brutas no conceito "mesmas lojas" aumentaram 8,4% em relação ao 4M10, desta forma podemos observar a tendência de evolução, sem impacto sazonal de Páscoa.
- O lucro bruto atingiu R\$ 1.536,8 milhões, com margem de 25,7% e aumento de 9,3% em relação ao 1T10.
- O EBITDA totalizou R\$ 431,2 milhões, um crescimento de 7,7% em relação ao 1T10. A margem EBITDA foi de 7,2% no 1T11.
- O lucro líquido atingiu R\$ 135,6 milhões com margem de 2,3% no 1T11.

GPA CONSOLIDADO

Vendas brutas totalizaram R\$ 12.373,2 milhões, com crescimento de 58,9% em relação ao 1T10

- No 1T11, as vendas brutas consolidadas apresentaram crescimento de 58,9%, totalizando R\$ 12.373,2 milhões. As vendas líquidas atingiram R\$ 10.868,8 milhões, um aumento de 55,9% ante o 1T10.
- O EBITDA totalizou R\$ 609,4 milhões e margem EBITDA de 5,6% e crescimento de 40,5% em relação ao 1T10.
- O lucro bruto totalizou R\$ 2.848,4 milhões, com crescimento de 70,5% em relação ao 1T10. A margem bruta foi de 26,2% de 1T11.
- A despesa financeira líquida foi de R\$ 325,7 milhões e representou 3,0% das vendas líquidas.
- O lucro líquido consolidado atingiu R\$ 110,8 milhões e margem de 1,0%.

(1) Conceito 'mesmas lojas' - inclui apenas as lojas com no mínimo 12 meses de operação.

Destaques Financeiros e Operacionais

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	1T11 ⁽³⁾ GPA Consolidado	1T11 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar	Var.
Receita Bruta	12.373,2	6.640,2	6.342,2	4,7%
Receita Líquida	10.868,8	5.984,4	5.715,3	4,7%
Lucro Bruto	2.848,4	1.536,8	1.405,8	9,3%
Margem Bruta - %	26,2%	25,7%	24,6%	1,1 p.p. ⁽²⁾
Despesas Operacionais Totais	2.239,0	1.105,6	1.005,3	10,0%
% vendas líquidas	20,6%	18,5%	17,6%	0,9 p.p. ⁽²⁾
EBITDA	609,4	431,2	400,5	7,7%
Margem EBITDA - %	5,6%	7,2%	7,0%	0,2 p.p. ⁽²⁾
Lucro antes do I.R.	124,0	147,0	250,8	-41,4%
Lucro Líquido	110,8	135,6	176,3	-23,1%
Margem Líquida - %	1,0%	2,3%	3,1%	-0,8 p.p. ⁽²⁾

(1) Os somatórios e percentuais, podem não conferir devido a arredondamentos

(2) p.p. refere-se a ponto percentual

(3) Inclui Nova Casas Bahia

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Desempenho de Vendas

No GPA alimentar as vendas brutas no conceito 'mesmas lojas' cresceram 8,4% no 1º quadrimestre de 2011

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	1T11 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar	Var.
Vendas Brutas	6.640,2	6.342,2	4,7%
Vendas Líquidas	5.984,4	5.715,3	4,7%

Especialmente no GPA Alimentar, a comparação de vendas do 1T11 foi negativamente impactada pelo efeito sazonal de Páscoa. Em 2010, a Páscoa ocorreu no início do mês de abril (04/04/2010), impactando positivamente as vendas de março/10, enquanto que, em 2011, ocorreu no final do mês de abril (24/04/2011) e, portanto, impactou positivamente as vendas de abril/11.

Com o objetivo de apresentar a tendência e neutralizar o efeito sazonal de Páscoa, somente nesse capítulo de vendas será mostrado também desempenho do 1º quadrimestre (janeiro-abril).

Também para melhor comparabilidade dos dados apresentados, as vendas do Extra Eletro e Extra.com.br foram subtraídas do GPA Alimentar e alocadas na Globex. Desta maneira, adequa-se a nova estrutura de reporte da Companhia.

No 1º trimestre de 2011, as vendas brutas e líquidas do GPA Alimentar totalizaram R\$ 6.640,2 milhões e R\$ 5.984,4 milhões respectivamente.

Vale destacar que, excluindo Extra Eletro e Extra.com.br, como mencionando anteriormente, o GPA Alimentar apresentaria crescimento de vendas (brutas e líquidas) de 9,7% em relação ao 1T10. As vendas brutas e líquidas no 1º quadrimestre de 2011 foram de R\$ 9.163,8 e R\$ 8.243,4 milhões, com crescimento de 12,6% e 12,5%, respectivamente.

No conceito 'mesmas lojas', as vendas brutas e líquidas cresceram 5,7% em relação ao 1T10. No 1º quadrimestre de 2011, as vendas brutas e líquidas foram de 8,4% e 8,3% respectivamente. Em termos reais, ou seja, deflacionadas pelo IPCA Geral ⁽²⁾, as vendas brutas cresceram 2,0%.

Ainda no conceito 'mesmas lojas', as vendas de não-alimentos cresceram 11,6% no 1T11 em relação ao 1T10, com destaque para as categorias de Eletroeletrônicos e Têxtil, enquanto as vendas de alimentos apresentaram

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



crescimento de 3,6% no mesmo período. No 4M11, as vendas de alimentos crescem 6,9% e não-alimentos aumentaram em 14,4%.

Entre as bandeiras do Grupo, os destaques no 1º quadrimestre de 2011 foram o Extra Supermercado e Assaí, cuja venda bruta no conceito 'mesmas lojas' ficaram acima da média dos formatos do Grupo.

CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	1T11 GPA Consolidado⁽¹⁾	1T10 GPA Consolidado⁽²⁾	Var.
Vendas Brutas	12.373,2	7.784,9	58,9%
Vendas Líquidas	10.868,8	6.972,8	55,9%

(1) Inclui Nova Casas Bahia

(2) Não inclui Nova Casas Bahia

No 1º trimestre de 2011, as vendas brutas do Grupo Pão de Açúcar, que contemplam todos os formatos e negócios operados pelo Grupo, totalizaram R\$ 12.373,2 milhões, um crescimento de 58,9% em relação ao 1T10. Já as vendas líquidas atingiram R\$ 10.868,8 milhões, um aumento de 55,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Excluindo as operações de Casas Bahia, as vendas brutas totalizariam R\$ 8.704,8 e um crescimento de 11,8%, e as vendas líquidas totalizariam R\$ 7.806,1 milhões e um crescimento de 11,9%.

No conceito 'mesmas lojas', que considera apenas as lojas com no mínimo 12 meses de operação e, portanto, não considera as vendas de Casas Bahia, as vendas brutas e líquidas cresceram 6,8% em relação ao 1T10.

Importante ressaltar que, todas as comparações são impactadas pela consolidação de Casas Bahia no 1T11, inexistente no 1T10.

⁽²⁾ O Grupo Pão de Açúcar adota como indicador de inflação o IPCA – Índice Geral, que também é utilizado pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados) por melhor refletir o mix de produtos e marcas comercializadas pela Companhia. Valor do IPCA 12 meses utilizado 6,51%.

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Lucro Bruto

Margem bruta do GPA alimentar sobe 1,1 ponto percentual do 1T10 para 1T11

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	1T11 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar	Var.
Lucro Bruto	1.536,8	1.405,8	9,3%
Margem Bruta - %	25,7%	24,6%	1,1 p.p.

No 1º trimestre de 2011, o lucro bruto do GPA atingiu R\$ 1.536,8 milhões, um incremento de 9,3%. A margem bruta foi de 25,7%, 1,1 ponto percentual maior que o 1T10. Esse resultado foi obtido mesmo com a maior contribuição do formato Assaí (representava 10,6% no 1T10 versus 13,9% no 1T11 das vendas brutas), que opera com margem inferior. Excluindo o Assaí, o GPA teria alcançado margem bruta de 27,6%, o que representa um crescimento de 1,8 ponto percentual em relação ao 1T10 (25,8%).

A melhora no lucro bruto foi alcançada por:

- (i) incremento do mix de produto, com aumento da participação das categorias perecíveis e bazar, que apresentam margens elevadas;
- (ii) melhores negociações com fornecedores;
- (iii) aprimoramento da gestão comercial e operacional; e
- (iv) aplicação de ferramenta de gestão de *pricing*.

CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	1T11 GPA Consolidado ⁽¹⁾	1T10 GPA Consolidado ⁽²⁾	Var.
Lucro Bruto	2.848,4	1.671,1	70,5%
Margem Bruta - %	26,2%	24,0%	2,2 p.p.
Lucro Bruto Ajustado	2.856,8	1.671,1	71,0%
Margem Bruta Ajustada - %	26,3%	24,0%	2,3 p.p.

(1) Inclui Nova Casas Bahia

(2) Não inclui Nova Casas Bahia

No 1º trimestre de 2011, o lucro bruto consolidado totalizou R\$ 2.848,4 milhões, com margem bruta de 26,2%, superior em 2,2 pontos percentuais ao obtido no 1T10 (24,0%). Além dos ganhos do GPA Alimentar comentado acima, esse resultado foi impactado positivamente pela Globex, que apresentou nesse trimestre uma margem bruta de 26,2%, uma melhora em relação ao 4T10 (24,5%) de 1,7 pontos percentuais, em função principalmente de ganhos de negociações com fornecedores. Vale ressaltar que, o lucro bruto de Globex também foi impactado

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



por R\$ 8,4 milhões não recorrentes nas lojas do Ponto Frio, em função de adequação de mix e sortimento das lojas, levando a margem bruta ajustada para 23,3%.

Importante ressaltar que, todas as comparações são impactadas pela consolidação de Casas Bahia no 1T11, inexistente no 1T10.

Despesas Operacionais Totais

No trimestre, as despesas operacionais totais do GPA Alimentar representaram 18,5% das vendas líquidas

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	1T11 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar	Var.
Despesas c/ Vendas	928,8	830,1	11,9%
Despesas Gerais e Adm.	176,8	175,2	0,9%
Desp. Operacionais totais	1.105,6	1.005,3	10,0%
% s/ vendas líquidas	18,5%	17,6%	0,9 p.p.

No 1º trimestre de 2011, as despesas operacionais totais (que incluem despesas com vendas, gerais e administrativas) atingiram R\$ 1.105,6 milhões e representaram 18,5% das vendas líquidas.

- (i) Impacto da maior diluição de despesa em função da sazonalidade de Páscoa, que representou aproximadamente 0,4 ponto percentual;
- (ii) Apropriação de despesa operacional com *Outsourcing* no 1T11 (classificada como CAPEX em 2010), cujo impacto foi o equivalente a 0,3 ponto percentual; e
- (iii) Despesa operacional das lojas recém-inauguradas equivalente a 0,2 ponto percentual.

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	1T11 GPA Consolidado ⁽¹⁾	1T10 GPA Consolidado ⁽²⁾	Var.
Despesas c/ Vendas	1.853,6	1.012,7	83,0%
Despesas Gerais e Adm.	385,4	224,7	71,5%
Desp. Operacionais totais	2.239,0	1.237,5	80,9%
% s/ vendas líquidas	20,6%	17,7%	2,9 p.p.

(1) Inclui Nova Casas Bahia

(2) Não inclui Nova Casas Bahia

No 1º trimestre de 2011, as despesas operacionais totais atingiram R\$ 2.239,0 milhões e, como percentual das vendas líquidas representou 20,6%, um aumento de 2,9 pontos percentuais em relação aos 17,7% do 1T10. Importante ressaltar que, todas as comparações são impactadas pela consolidação de Casas Bahia no 1T11, inexistente no 1T10.

EBITDA

Margem EBITDA do GPA alimentar atingiu 7,2% no trimestre, aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao 1T10

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	1T11 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar	Var.
EBITDA	431,2	400,5	7,7%
Margem EBITDA - %	7,2%	7,0%	0,2 p.p.

No 1º trimestre de 2011, o EBITDA totalizou R\$ 431,2 milhões, um crescimento de 7,7% em relação ao 1T10. Essa melhora no EBITDA foi resultado de uma melhor de gestão na margem bruta, principalmente pela adequação de mix de produtos, da gestão comercial e aplicação de ferramenta de gestão de *pricing*.

A margem EBITDA atingiu 7,2% no trimestre, com uma melhora de 0,2 ponto percentual em relação ao 1T10 (7,0%).

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	1T11 GPA Consolidado ⁽¹⁾	1T10 GPA Consolidado ⁽²⁾	Var.
EBITDA	609,4	433,6	40,5%
Margem EBITDA - %	5,6%	6,2%	-0,6 p.p.
EBITDA Ajustado	617,8	433,6	42,5%
Margem EBITDA Ajustada - %	5,7%	6,2%	-0,5 p.p.

(1) Inclui Nova Casas Bahia

(2) Não inclui Nova Casas Bahia

No 1º trimestre de 2011, o EBITDA atingiu R\$ 609,4 milhões, um crescimento de 40,5%, com margem EBITDA de 5,6%, uma redução 0,6 ponto percentual em comparação aos 6,2% no 1T10. Excluindo efeitos não recorrentes do lucro bruto, o EBITDA ajustado do 1T11 seria de R\$ 617,8 milhões, uma redução de 0,2 ponto percentual em relação ao 1T10.

Importante ressaltar que, todas as comparações são impactadas pela consolidação de Casas Bahia no 1T11, inexistente no 1T10.

Resultado Financeiro Líquido

Resultado financeiro atingiu 2,7% das vendas líquidas no 1T11

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	1T11 GPA Alimentar	4T10 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar
Receitas Financeiras	81,2	85,4	72,9
Despesas Financeiras	(242,8)	(216,6)	(147,1)
Resultado Financeiro	(161,7)	(131,2)	(74,2)
% s/ vendas líquidas	2,7%	2,0%	1,3%

No 1º trimestre de 2011, a despesa financeira líquida foi de R\$ 161,7 milhões, equivalente 2,7% das vendas líquidas. Este aumento foi decorrente principalmente do aumento da taxa SELIC no período (vide item “Evolução da dívida líquida”) e atualização dos outros ativos e passivos.

As despesas financeiras líquidas de R\$ 161,7 milhões no 1T11, são compostas pelos seguintes fatores:

- Encargos sobre a dívida bancária líquida de R\$ 76,2 milhões, representando 1,3% das vendas líquidas, mesmo patamar em relação ao 4T10 (1,2%).
- O custo do desconto de recebíveis de R\$ 47,8 milhões, que representou 0,8% das vendas líquidas, patamar acima do 4T10, devido principalmente a correções da taxa SELIC no período.

1º Trimestre 2011

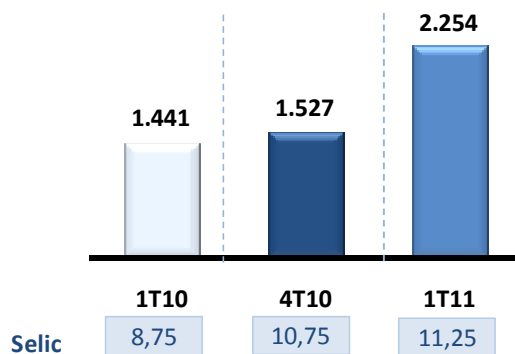
Divulgação do Resultado



(iii) Atualização pelo CDI sobre outros passivos e ativos. Essas atualizações foram de R\$ 37,7 milhões, que representaram 0,6% das vendas líquidas no trimestre, uma variação de R\$ 21,2 milhões frente ao 4T10. Esta variação foi principalmente em função de: (i) R\$ 10,0 milhões de contingências e impostos parcelados; (ii) redução em R\$ 6,0 milhões nos encargos dos ativos; e R\$ 3,0 milhões dos encargos dos passivos.

Evolução da Dívida líquida

O aumento da dívida líquida final do período em relação ao 4T10, demonstrado no quadro a abaixo, ocorreu principalmente em função de: (i) efeito sazonal de necessidade de capital de giro de R\$ 375 milhões; e (ii) R\$ 223,0 milhões em pagamento de aquisições.



(1) final do período

A dívida líquida do GPA Alimentar é calculado da seguinte forma:

(R\$ milhões)

Dívida Bruta

Empréstimo e Financiamentos (CP e LP)⁽¹⁾

Debêntures

Disponibilidades

Dívida Líquida

	1T11 GPA Alimentar	4T10 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar
Dívida Bruta	(4.694,6)	(3.995,1)	(3.146,0)
Empréstimo e Financiamentos (CP e LP) ⁽¹⁾	(2.738,2)	(2.407,0)	(1.644,9)
Debêntures	(1.956,4)	(1.588,1)	(1.501,1)
Disponibilidades	2.440,5	2.468,2	1.704,9
Dívida Líquida	(2.254,1)	(1.526,9)	(1.441,1)

(1) CP = Curto Prazo; LP = Longo Prazo

CONSOLIDADO

	1T11 GPA Consolidado	4T10 GPA Consolidado	1T10 GPA Consolidado
(R\$ milhões)			
Receitas Financeiras	133,4	109,9	77,6
Despesas Financeiras	(459,1)	(467,7)	(178,9)
Resultado Financeiro	(325,7)	(357,8)	(101,2)
% s/ vendas líquidas	3,0%	3,2%	1,5%

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



No 1º trimestre de 2011, a despesa financeira líquida foi de R\$ 325,7 milhões, representando 3,0% das vendas líquidas. Além do incremento do GPA Alimentar, explicada acima, parte desse aumento foi em razão do modelo de negócio de Globex que, tem uma despesa financeira como percentual de venda maior pelas características do negócio.

Importante ressaltar que, todas as comparações são impactadas pela consolidação de Casas Bahia no 1T11, inexistente no 1T10.

Equivalência Patrimonial

Resultado da FIC (em equivalência patrimonial) totalizou R\$ 10,5 milhões no trimestre

CONSOLIDADO

No 1º trimestre de 2011, a FIC, incluindo a operação de Globex, atingiu uma participação de 12,1% nas vendas totais do Grupo, totalizando 8,2 milhões de clientes, com níveis de inadimplência controlados em função de uma política de concessão de crédito criteriosa.

O resultado de equivalência patrimonial foi de R\$ 10,5 milhões no trimestre.

Do montante de R\$ 10,5 milhões no 1T11, R\$ 7,5 milhões foram destinados ao GPA e R\$ 3,0 milhões à Globex.

Esse desempenho está alinhado à estratégia do Grupo, de ampliar a participação nas vendas dos cartões da FIC, tornando-os a melhor opção dentro das lojas, e no comércio eletrônico, com benefícios exclusivos e vantagens aos portadores.

Para efeito de comparação apenas, no 1T10 o resultado ajustado foi de R\$ 9,8 milhões.

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Lucro Líquido

Lucro líquido do GPA Alimentar atingiu R\$ 135,6 milhões no trimestre

GPA ALIMENTAR

(R\$ milhões)	1T11 GPA Alimentar	1T10 GPA Alimentar	Var.
Lucro Líquido	135,6	176,3	-23,1%
Margem Líquida - %	2,3%	3,1%	-0,8 p.p.
Total não recorrente	19,8	(12,0)	-
Equivalencia Patrimonial	-	(12,0)	-
Amortização de Intangíveis	30,0	-	-
IR sobre os ajustes	(10,2)	-	-
Lucro Líquido Ajustado	155,4	164,3	-5,4%
Margem Líquida ajustada - %	2,6%	2,9%	-0,3 p.p.

No 1º trimestre de 2011, o lucro líquido totalizou R\$ 135,6 milhões e a margem líquida foi de 2,3% no trimestre.

Dois ajustes são necessários para comparação do lucro líquido: despesa de amortização de intangíveis de controle da associação com a Nova Casas Bahia no valor de R\$ 30,0 milhões e ajuste de IFRS na equivalência patrimonial no valor de R\$ 12,0 milhões. Excluindo esses efeitos, o lucro líquido seria de R\$ 155,4 milhões com margem de 2,6% no 1T11 uma redução de 5,4% em relação ao 1T10. Essa redução foi em função principalmente do aumento das despesas financeiras, explicado no capítulo de resultado financeiro.

CONSOLIDADO

(R\$ milhões)	1T11 GPA Consolidado	1T10 GPA Consolidado	Var.
Lucro Líquido	110,8	170,4	-34,9%
Margem Líquida - %	1,0%	2,4%	-1,4 p.p.
Total não recorrente	29,8	(12,0)	-
Lucro Bruto	8,4	-	-
Equivalencia Patrimonial	-	(12,0)	-
Outras despesas operacionais	6,8	-	-
Ágio Nova Casas Bahia	30,0	-	-
IR sobre os ajustes	(15,4)	-	-
Lucro Ajustado	140,7	158,4	-11,2%
Margem Líquida Ajustada - %	1,3%	2,3%	-1,0 p.p.

(1) Inclui Nova Casas Bahia

(2) Não inclui Nova Casas Bahia

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



No 1º trimestre de 2011, o lucro líquido totalizou R\$ 110,8 milhões, com margem líquida de 1,0%. Vale ressaltar que, esse resultado foi impactado pelos efeitos explicados no lucro líquido do GPA Alimentar, além de 2 itens não recorrentes em Globex: R\$ 8,4 milhões do lucro bruto e R\$ 6,8 milhões de gastos com reestruturação em Globex, alocado na linha de outras despesas operacionais. Excluindo esses efeitos líquidos de imposto de renda, o lucro líquido seria de R\$ 140,7 milhões com margem de 1,3%.

Importante ressaltar que, todas as comparações são impactadas pela consolidação de Casas Bahia no 1T11, inexistente no 1T10.

Assaí Atacadista

No trimestre, as vendas brutas totalizaram R\$ 910,3 milhões, com crescimento de 35,1% em relação 1T10

No 1º trimestre de 2011, o Assaí registrou vendas brutas de R\$ 910,3 milhões, um crescimento de 35,1% em relação ao 1T10. Esse desempenho, que inclui as lojas de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco e Tocantins, foi conquistado em função do crescimento orgânico e conversões de lojas, além da melhoria no desempenho operacional da bandeira. As vendas líquidas também cresceram 35,1% acompanhando as vendas brutas.

Globex Utilidades S.A.

Vendas brutas no conceito 'mesmas lojas' cresceram 10,9% no trimestre

No 1º trimestres de 2011, as vendas brutas consolidadas de Globex apresentaram crescimento de 297,4%, totalizando R\$ 5.733,0 milhões. As vendas líquidas atingiram R\$ 4.884,4 milhões, um aumento de 288,4% ante o 1T10. Vendas brutas no conceito 'mesmas lojas' cresceram 10,9% no trimestre. – Vide detalhamento no release de Globex.

Investimentos

O GPA Alimentar investiu R\$ 263,2 milhões no trimestre

GPA ALIMENTAR

No 1º trimestre de 2011, os investimentos promovidos pelo GPA alcançaram R\$ 263,2 milhões contra R\$ 207,0 milhões investidos no 1T10 e foram divididos da seguinte forma:

- R\$ 78,9 milhões na abertura, construção de novas lojas e aquisição de terrenos estratégicos;

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



- R\$ 136,1 milhões em reformas e conversões de lojas;
- R\$ 48,2 milhões em infra-estrutura (tecnologia e logística) e outros.

Foram abertas 3 novas lojas, sendo:

- 2 Assaí e 1 Extra Fácil em São Paulo.

Além disso, ocorreram 23 conversões no trimestre:

- 19 lojas CompreBem, sendo 17 convertidas em Extra Supermercado e 2 em Extra Hipermercado em São Paulo;
- 4 lojas Sendas, sendo 2 convertidas em Pão de Açúcar e 2 em Extra Hipermercado no Rio de Janeiro.

CONSOLIDADO

Os investimentos consolidado foram de R\$ 295,8 milhões, sendo R\$ 32,0 milhões destinados à Globex.

Distribuição de dividendos

Montante de dividendos que serão distribuídos nesse trimestre será de R\$ 22,5 milhões

Em 11 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou o pagamento no valor de R\$ 0,09 por ação preferencial e R\$ 0,081818181818 por ação ordinária, a título de antecipação de dividendos intermediários. O montante total dos dividendos a serem distribuídos no 1º trimestre de 2011 será de R\$ 22,5 milhões, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2009.

Para o 4º trimestre, após o encerramento do exercício social e da aprovação das correspondentes demonstrações financeiras, a Companhia pagará aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com a dedução da parcela de dividendos adiantada ao longo do exercício social.

O pagamento referente ao 1T11 será realizado no dia 27 de maio de 2010. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 19 de maio de 2011. A partir do dia 20 de maio de 2011, as ações serão negociadas sem direito (“ex-direito”) aos dividendos até a data do seu pagamento.

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



GPA ALIMENTAR

Demonstração do Resultado Consolidado em Legislação Societária Lei 11.638/07 (R\$ mil)

GPA Alimentar	1T11	1T10	%
Receita Bruta de Vendas	6.640.213	6.342.246	4,7%
Receita Líquida de Vendas	5.984.387	5.715.322	4,7%
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.447.619)	(4.309.516)	3,2%
Lucro Bruto	1.536.768	1.405.806	9,3%
Despesas com Vendas	(928.783)	(830.107)	11,9%
Despesas Gerais e Administrativas	(176.810)	(175.240)	0,9%
Total das Despesas Operacionais	(1.105.593)	(1.005.347)	10,0%
Lucro Oper. antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - EBITDA	431.174	400.459	7,7%
Depreciação	(124.769)	(93.761)	33,1%
Lucro Oper. antes de Impostos e Rec. (Desp.) Financeiras - EBIT	306.405	306.698	-0,1%
Receitas financeiras	81.191	72.880	11,4%
Despesas financeiras	(242.848)	(147.061)	65,1%
Receita (Desp) Financeira Líquida	(161.657)	(74.181)	117,9%
Resultado da Equiv. Patrimonial	7.493	18.857	-
Resultado com ativo permanente	486	(341)	-
Resultado não Recorrente	34	-	-
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	(5.790)	(222)	-
Lucro Operacional Antes I.R	146.971	250.811	-41,4%
Imposto de Renda	(2.324)	(67.236)	-
Lucro líquido antes partic. Funcionários	144.647	183.575	-21,2%
Participação nos lucros funcionários	(9.038)	(7.293)	-
Lucro líquido	135.609	176.282	-23,1%
Participação de Acionistas Controladores	156.616	180.807	-13,4%
Participação de Acionistas Não Controladores	21.007	4.525	-
Lucro por ação	0,5266	0,6918	-
No. De ações (milhares) ex - Ações em tesouraria	257.541	254.833	-

% de Vendas Líquidas	1T11	1T10
Lucro Bruto	25,7%	24,6%
Despesas com Vendas	-15,5%	-14,5%
Despesas Gerais e Administrativas	-3,0%	-3,1%
Total de Despesas Operacionais	-18,5%	-17,6%
EBITDA	7,2%	7,0%
Depreciação	-2,1%	-1,6%
EBIT	5,1%	5,4%
Receitas (Desp.) Financeiras Líquidas	-2,7%	-1,3%
Resultado com ativo permanente	0,0%	0,0%
Resultado não Recorrente	0,0%	0,0%
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	-0,1%	0,0%
Lucro antes do I.R.	2,5%	4,4%
Imposto de Renda	0,0%	-1,2%
Partic. Lucros Funcionários	-0,2%	-0,1%
Lucro Líquido	2,3%	3,1%

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



CONSOLIDADO

Demonstração do Resultado Consolidado em Legislação Societária Lei 11.638/07 (R\$ mil)

Consolidado	1T11	1T10	%
Receita Bruta de Vendas	12.373.212	7.784.930	58,9%
Receita Líquida de Vendas	10.868.794	6.972.793	55,9%
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.020.396)	(5.301.738)	51,3%
Lucro Bruto	2.848.398	1.671.055	70,5%
Despesas com Vendas	(1.853.635)	(1.012.729)	83,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(385.379)	(224.733)	71,5%
Total das Despesas Operacionais	(2.239.014)	(1.237.462)	80,9%
Lucro Oper. antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - EBITDA	609.384	433.593	40,5%
Depreciação	(158.151)	(110.598)	43,0%
Lucro Oper. antes de Impostos e Rec. (Desp.) Financeiras - EBIT	451.232	322.995	39,7%
Receitas financeiras	133.372	77.617	71,8%
Despesas financeiras	(459.097)	(178.857)	156,7%
Receita (Desp) Financeira Líquida	(325.725)	(101.240)	221,7%
Resultado da Equiv. Patrimonial	10.547	22.204	-52,5%
Resultado com ativo permanente	486	(341)	-
Resultado não Recorrente	34	-	-
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	(12.550)	(9.301)	34,9%
Lucro Operacional Antes I.R	124.024	234.317	-47,1%
Imposto de Renda	13.394	(56.673)	-
Lucro líquido antes partic. Funcionários	137.418	177.644	-22,6%
Participação nos lucros funcionários	(26.569)	(7.293)	264,3%
Lucro líquido	110.850	170.351	-34,9%
Participação de Acionistas Controladores	132.400	174.876	-24,3%
Participação de Acionistas Não Controladores	21.550	4.525	376,2%
Lucro por ação	0,4304	0,6685	
No. De ações (milhares) ex - Ações em tesouraria	257.541	254.833	

% de Vendas Líquidas	1T11	1T10
Lucro Bruto	26,2%	24,0%
Despesas com Vendas	-17,1%	-14,5%
Despesas Gerais e Administrativas	-3,5%	-3,2%
Total de Despesas Operacionais	-20,6%	-17,7%
EBITDA	5,6%	6,2%
Depreciação	-1,5%	-1,6%
EBIT	4,2%	4,6%
Receitas (Desp.) Financeiras Líquidas	-3,0%	-1,5%
Resultado com ativo permanente	0,0%	0,0%
Resultado não Recorrente	0,0%	0,0%
Outras Rec. (Desp.) Operacionais	-0,1%	-0,1%
Lucro antes do I.R.	1,1%	3,4%
Imposto de Renda	0,1%	-0,8%
Partic. Lucros Funcionários	-0,2%	-0,1%
Lucro Líquido	1,0%	2,4%

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



GPA ALIMENTAR

Balanco Patrimonial GPA Alimentar (R\$ mil)

ATIVO	31 de Março		31 de Dezembro
	2011 GPA Alimentar	2010 GPA Alimentar	2010 GPA Alimentar
Ativo Circulante	7.639.370	6.920.666	7.614.670
Caixas e Bancos	2.440.513	174.105	2.468.166
Aplicações Financeiras	-	1.530.745	-
Contas a Receber	305.562	688.560	730.567
Cheques Pré- Datados	37.918	10.064	5.383
Cartões de Créditos	172.946	532.618	501.622
Tickets	22.599	55.418	158.166
Outros	73.656	98.299	80.650
Prov. p/ Devedores Duvidosos	(1.558)	(7.839)	(15.253)
Provenientes de Acordos Comerciais	302.242	341.778	171.100
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.124.344	1.161.137	1.174.187
Estoques	2.627.288	2.188.989	2.420.223
Impostos a Recuperar	545.677	357.774	329.838
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	204.444	-
Despesas Antecipadas	281.916	168.208	304.939
Outros	11.828	104.927	15.650
	-	-	-
Ativo Não Circulante	14.559.696	9.272.409	13.099.117
Realizável a Longo Prazo	2.239.754	1.910.004	2.182.328
Contas a Receber	496.676	428.317	485.270
Impostos a Recuperar	127.729	137.906	127.253
Valor Justo Bartira	416.004	-	416.004
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	641.411	600.421	666.028
Crédito com pessoas ligadas	68.069	356.161	-
Depósitos para recursos judiciais	457.329	367.314	436.729
Despesas Antecipadas e Outros	32.536	19.885	51.043
Investimentos	1.474.812	783.133	232.540
Imobilizado	6.072.427	5.173.585	5.926.082
Intangível	4.772.703	1.405.688	4.758.167
	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	22.199.066	16.193.075	20.713.787

PASSIVO	31 de Março		31 de Dezembro
	2011 GPA Alimentar	2010 GPA Alimentar	2010 GPA Alimentar
Passivo Circulante	5.336.692	4.660.689	6.125.747
Fornecedores	2.678.383	2.650.998	2.983.656
Empréstimo e Financiamentos	648.812	780.847	826.192
Debêntures	505.436	262.358	520.675
Salários e Contribuições Sociais	281.157	217.042	305.313
Impostos, Taxas e Contribuições	230.270	191.786	124.930
Dividendos a pagar	114.629	94.487	114.654
Financiamento Compras de Imóveis	14.211	14.212	14.211
Aluguéis a pagar	52.742	45.144	57.646
Aquisições de Sociedades	-	171.944	186.620
Dívidas com Partes Relacionadas	507.024	14.695	468.064
Propaganda	35.489	25.538	37.650
Seguros	8.469	-	201.224
Adiantamento de clientes	-	-	-
Outros	260.070	191.638	284.912
Passivo Não Circulante	8.375.521	4.746.108	7.489.451
Empréstimo e Financiamentos	2.089.394	864.085	1.868.324
Quotas do Resgatáveis do Fundo (FIDC)	1.127.869	1.100.607	1.096.130
Debêntures	1.450.999	1.238.702	1.067.472
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.352.407	-	1.325.333
Impostos, Taxas e Contribuições	-	1.232.631	1.325.021
Impostos Parcelados	1.346.170	156.933	588.291
Provisão para Contingências	571.195	-	-
Receitas Antecipadas	437.487	-	-
Outros	-	153.150	218.880
Participação minoritária	1.251.304	85.784	-
Patrimônio Líquido	7.235.548	6.700.494	7.098.589
Capital Social	6.106.434	5.378.062	5.579.259
Reservas de Capital	364.392	519.902	463.148
Reservas de Lucro	764.722	802.530	1.056.182
	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO	22.199.066	16.193.075	20.713.787

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Balço Patrimonial Consolidado (R\$ mil)

CONSOLIDADO

ATIVO	31 de Março		31 de Dezembro
	2011 Consolidado	2010 Consolidado	2010 Consolidado
Ativo Circulante	14.881.928	8.199.530	14.716.365
Caixas e Bancos	3.587.926	242.728	3.817.994
Aplicações Financeiras	367.229	1.564.905	608.002
Contas a Receber	974.418	795.886	2.360.219
Cheques Pré- Datados	38.599	10.995	6.294
Credário	857.443	-	1.783.900
Cartões de Créditos	172.946	590.396	591.822
Tickets	22.599	55.418	158.166
Outros	94.843	161.668	(7.062)
Prov. p/ Devedores Duvidosos	(212.012)	(22.591)	(172.901)
Provenientes de Acordos Comerciais	302.248	341.778	171.100
Fundo de Recebíveis (FIDC)	2.966.490	1.161.137	1.515.915
Estoques	4.848.072	2.863.280	4.823.768
Impostos a Recuperar	1.100.986	568.049	888.355
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-	186.461	-
Partes Relacionadas	-	17.467	-
Outras Contas a Receber	-	86.286	-
Despesas Antecipadas	681.590	254.354	436.985
Outros	52.968	117.200	94.027
Ativo Não Circulante	15.400.392	9.566.637	15.216.383
Realizável a Longo Prazo	3.411.604	2.536.844	3.398.483
Contas a Receber	592.925	428.317	611.630
Impostos a Recuperar	201.582	210.055	213.506
Valor Justo Bartira	416.004	-	416.004
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.411.861	1.156.367	1.392.509
Crédito com pessoas ligadas	143.269	259.699	176.241
Depósitos para recursos judiciais	611.407	451.521	534.389
Despesas Antecipadas e Outros	34.556	30.884	54.204
Investimentos	228.859	222.981	232.540
Imobilizado	6.861.785	5.352.367	6.703.595
Intangível	4.898.144	1.454.446	4.881.765
TOTAL DO ATIVO	30.282.320	17.766.167	29.932.748
PASSIVO	31 de Março		31 de Dezembro
	2011 Consolidado	2010 Consolidado	2010 Consolidado
Passivo Circulante	10.057.986	5.834.168	10.816.898
Fornecedores	4.864.379	3.406.065	5.306.349
Empréstimo e Financiamentos	1.319.556	847.762	1.135.335
CDCI	1.607.547	-	1.321.495
Debêntures	505.436	262.358	520.675
Salários e Contribuições Sociais	530.471	324.592	595.558
Impostos, Taxas e Contribuições	358.375	246.789	353.894
Dividendos a pagar	116.262	96.161	116.287
Financiamento Compras de Imóveis	14.211	14.212	14.211
Aluguéis a pagar	67.969	45.144	68.226
Quotas do Resgatáveis do Fundo (FIDC)	-	-	-
Aquisições de Sociedades	-	171.944	188.194
Dívidas com Partes Relacionadas	19.909	35.817	274.291
Propaganda	38.329	-	25.538
Provisão para Reestruturação	-	41.004	-
Seguros	139.558	-	201.224
Adiantamento de clientes	-	-	-
Impostos Parcelados	-	-	-
Outros	475.984	316.783	721.159
Passivo Não Circulante	10.516.720	5.141.055	9.532.080
Empréstimo e Financiamentos	3.454.070	1.054.769	2.177.888
CDCI	-	-	66.060
Quotas do Resgatáveis do Fundo (FIDC)	1.218.125	1.100.607	2.280.517
Debêntures	1.450.999	1.238.702	1.067.472
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.366.313	-	1.325.333
Impostos, Taxas e Contribuições	-	-	-
Impostos Parcelados	1.401.143	1.275.556	1.376.788
Provisão para Contingências	675.517	293.733	697.806
Aquisições de Sociedades	224.512	-	215.060
Dívidas com Pessoas Ligadas	-	92.298	-
Provisão para Reestruturação	-	-	-
Receitas Antecipadas	693.842	18.287	325.157
Outros	32.198	67.103	-
Participação minoritária	2.472.067	90.450	2.485.181
Patrimônio Líquido	7.235.547	6.700.494	7.098.589
Capital Social	6.106.434	5.378.062	5.579.259
Reservas de Capital	364.392	519.902	463.148
Reservas de Lucro	764.721	802.530	1.056.182
TOTAL DO PASSIVO	30.282.320	17.766.167	29.932.748

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (R\$ mil)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31 de Março	
	2011 GPA Consolidado	2010 GPA Consolidado
Lucro líquido do exercício	132.400	174.876
Ajuste para reconciliação do lucro líquido	0	0
Imposto de renda diferido	(31.553)	48.709
Resultado de ativos permanentes baixados	7.089	(2.330)
Depreciação e amortização	158.151	110.598
Juros e variações monetárias	264.227	101.695
Ajuste a valor presente	(4.216)	0
Equivalência patrimonial	(10.547)	(22.204)
Provisão para contingências	26.712	51.712
Provisão para baixas e perdas do imobilizado	(698)	0
Provisão para amortização do ágio	0	0
Remuneração baseada em ações	(6.919)	8.127
Participação Minoritária	(21.550)	(4.525)
	513.096	466.658
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(420.350)	25.336
Estoques	(20.088)	(35.836)
Impostos a recuperar	(193.699)	(103.527)
Outros ativos	(196.190)	(102.229)
Partes relacionadas	(13.510)	(11.144)
Depósitos judiciais	(117.510)	(21.336)
	(961.347)	(248.736)
(Aumento) redução de passivos		
Fornecedores	(692.873)	(602.377)
Salários e encargos sociais	(65.087)	(103.726)
Impostos e contribuições	41.037	(46.368)
Contingências	(6.575)	(48.897)
Demais contas a pagar	84.532	20.967
	(638.966)	(780.401)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades operacionais	(1.087.217)	(562.479)

Fluxo de caixa das atividades de investimentos	31 de Março	
	2011 GPA Consolidado	2010 GPA Consolidado
Caixa líquido de aquisições	0	(28.546)
Aquisição de empresas	0	0
Aumento de capital em controladas	82.008	0
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(286.664)	(222.385)
Aumento no ativo intangível	(59.451)	(13.654)
Venda de bens do imobilizado	0	1.182
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de investimento	(264.107)	(263.403)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos:		3.311
Adições	0	0
Amortização	0	0
Pagamento de juros	2.127.086	386.137
Aumento de Capital	(1.188.862)	(62.167)
Caixa oriundo de aumento de capital com subsidiárias	(57.716)	(37.962)
Pagamento de dividendos	(25)	(4)
Caixa líquido gerado (utilizado nas) atividades de financiamento	880.483	289.315
Disponibilidades no início do exercício	4.425.996	2.344.200
Disponibilidades no fim do exercício	3.955.155	1.807.633
Variação no caixa e equivalentes	(470.841)	(536.567)

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Segmentação de Vendas Brutas por Formato (R\$ mil)

1º Trimestre	2011	%	2010	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	1.211.884	9,8%	1.126.787	14,5%	7,6%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	2.958.259	23,9%	2.875.117	36,9%	2,9%
Extra Supermercado ⁽²⁾	1.231.779	10,0%	1.217.745	15,6%	1,2%
Extra Eletro	-	0,0%	119.963	1,5%	-
Assaí	910.337	7,4%	673.612	8,7%	35,1%
Globex⁽³⁾	5.732.999	46,3%	1.442.684	18,5%	297,4%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	327.953	2,7%	329.023	4,2%	-0,3%
GPA Consolidado	12.373.212	100,0%	7.784.930	100,0%	58,9%
GPA Alimentar	6.640.213	-	6.342.246	-	4,7%

Segmentação de Vendas Líquidas por Formato (R\$ mil)

1º Trimestre	2011	%	2010	%	Var.(%)
Pão de Açúcar	1.091.080	10,0%	1.016.982	14,6%	7,3%
Extra Hipermercado ⁽¹⁾	2.623.210	24,1%	2.545.620	36,5%	3,0%
Extra Supermercado ⁽²⁾	1.118.527	10,3%	1.103.386	15,8%	1,4%
Extra Eletro	-	0,0%	111.032	1,6%	-
Assaí	826.746	7,6%	612.023	8,8%	35,1%
Globex⁽³⁾	4.884.407	44,9%	1.257.471	18,0%	288,4%
Negócios especializados ⁽⁴⁾	324.825	3,0%	326.279	4,7%	-0,4%
GPA Consolidado	10.868.794	100,0%	6.972.793	100,0%	55,9%
GPA Alimentar	5.984.387	-	5.715.322	-	4,7%

⁽¹⁾Inclui as vendas do Extra Fácil

⁽²⁾Inclui as vendas do Extra Supermercado; CompreBem e Sendas

⁽³⁾Inclui as vendas da Nova Casas Bahia; Nova.com e Extra Eletro

⁽⁴⁾Inclui as vendas dos Postos e Drogarias

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Composição de Vendas (% sobre Vendas Líquidas)

	2011	2010
	1º Tri Consolidado	1º Tri Consolidado
À Vista	41,9%	46,1%
Cartão de Crédito	46,8%	46,5%
Ticket Alimentação	4,9%	6,8%
À Prazo	6,4%	0,6%
Cheque Pré-Datado	0,1%	0,2%
Crediário	6,3%	0,4%

	2011	2010
	1º Tri GPA Alimentar	1º Tri GPA Alimentar
À Vista	53,2%	49,5%
Cartão de Crédito	39,0%	41,9%
Ticket Alimentação	7,6%	8,4%
À Prazo	0,2%	0,3%
Cheque Pré-Datado	0,2%	0,3%
Crediário	0,0%	0,0%

Movimentação de Lojas por Formato

	Pão de Açúcar	Extra Hiper	Extra-Eleto	CompreBem	Sendas	Extra Super	Extra Fácil	Assaí	Ponto Frio	Casas Bahia	Grupo Pão de Açúcar	Área de Vendas (m ²)	Número de Funcionários
31/3/2010	145	104	47	155	67	13	61	42	455	-	1.089	1.755.298	84.468
31/12/2010	149	110	0	113	17	101	68	57	506	526	1.647	2.811.103	144.914
Abertas							1	2			3		
Fechadas				-1			-2		-53	-2	-58		
Convertidas	2	4		-19	-4	17					-		
31/3/2011	151	114	0	93	13	118	67	59	453	524	1.592	2.813.000	143.931

1º Trimestre 2011

Divulgação do Resultado



Teleconferência de Resultados do 1º trimestre de 2011 *Sexta-Feira, 13 de maio de 2011*

Teleconferência em português, com tradução simultânea para o inglês:

11h00 - horário de Brasília | 10h00 - horário de Nova Iorque | 09h00 - horário de Londres

Telefone para Conexão: +55 (11) 3127-4971

Código: GPA

Webcast disponível no site www.grupopaodeacucar.com.br/ri/gpa. O replay poderá ser ouvido após o término da Teleconferência, pelo telefone +55 (11) 3127-4999 – Código: 75826849

Declarações contidas neste comunicado relativo à perspectiva dos negócios do Grupo, projeções de resultados operacionais e financeiros e relativos ao potencial de crescimento do Grupo constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado, no desempenho econômico geral do Brasil, na indústria e nos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas à mudança.

Vitor Fagá

vitor.faga@grupopaodeacucar.com.br

Marcel Rodrigues da Silva

marcel.rodriques@grupopaodeacucar.com.br

Bruno Salem Brasil

bruno.brasil@grupopaodeacucar.com.br

Relações com Investidores

Fone: (11) 3886-0421

Fax: (11) 3884-2677

E-mail: gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br

Website: www.qpari.com.br

O Grupo Pão de Açúcar opera 1.592 lojas, 82 postos de combustíveis e 148 drogarias, em 19 estados e no Distrito Federal. A estrutura multiformato do Grupo é formada por supermercados (**Pão de Açúcar**, **Extra Supermercado**, **CompreBem** e **Sendas**), hipermercados (**Extra**), lojas de produtos eletrônicos/eletrodomésticos (**Ponto Frio** e **Nova Casas Bahia**), lojas de conveniência (**Extra Fácil**), 'atacarejo' (**Assaí**), operações de comércio eletrônico (**Extra.com.br**, **PontoFrio.com.br**, **Casasbahia.com.br** e **Pão de Açúcar Delivery**), **postos de combustíveis**, **drogarias** e uma ampla rede de distribuição.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição, diretamente ou através de suas subsidiárias, ("Companhia" ou "GPA") atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as marcas "Pão de Açúcar", "Comprebem", "Extra", "Extra Eletro", "Extra Perto", "Extra Fácil", "Sendas", "Assai", "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Casas Bahia.Com", "Extra.com" e "Ponto Frio.Com". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia tem 143.931 funcionários, 1.592 lojas em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infra-estrutura de logística que compreende 28 depósitos localizados em sete estados, em 31 de dezembro de 2010. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, estando suas ações listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York (ADR nível III).

O Grupo Diniz e o Grupo Casino dividem o controle da Companhia por meio de uma *holding* denominada Wilkes Participações S.A., conforme contrato celebrado em maio de 2005.

2. Base de elaboração

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo.

As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em Reais.

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e consolidadas de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a controlada atua ("moeda funcional"). As informações trimestrais da controladora e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

As informações trimestrais da controladora e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias -- Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração--Continuação

As informações trimestrais consolidadas estão apresentadas em reais.

Os itens incluídos nas informações trimestrais da controladora e de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua ("moeda funcional"). As informações trimestrais da controladora e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

As informações trimestrais do período encerrado em 31 de março de 2011 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2011.

As informações trimestrais consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34, observando as disposições contidas no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP 003/2011 de 28 de abril de 2011.

Nas informações trimestrais individuais, os investimentos em controlada estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações trimestrais individuais.

3. Base de consolidação

a) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias -- Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

a) Subsidiárias--Continuação

As informações contábeis intermediárias das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

Novasoc

Embora a participação da Companhia na Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc") represente 10% de suas ações, a Novasoc está incluída nas informações contábeis intermediárias consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da entidade, nos termos do acordo de acionistas. Adicionalmente, de acordo com o Estatuto Social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não precisa necessariamente ser proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

PAFIDC e Globex FIDC

A Companhia consolida as informações contábeis intermediárias do Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC") e Globex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Globex FIDC"), sociedades de propósito específico constituídas com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato de a maior parte dos riscos e benefícios relacionados ao fundo estar vinculada a ações subordinadas detidas pela Companhia e subsidiárias.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

a) Subsidiárias--Continuação

Globex

A Companhia consolida as informações contábeis intermediárias de Globex, subsidiária que concentra as atividades de eletro-eletrônicos do Grupo, operando sob as marcas "Ponto Frio", "Extra-Eleto" e, a partir de novembro de 2010, "Casas Bahia".

Sendas

A Companhia detém indiretamente 100% do capital de Sendas Distribuidora, sua subsidiária integral, a qual contempla operações de varejo e atacarejo, predominantemente no estado do Rio de Janeiro. Para informações detalhadas sobre a aquisição de participação não controladora, vide nota 15(a).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

a) Subsidiárias--Continuação

Societades	Participação em Investidas - % - em 31 de Março de 2011												
	CBD	Novasoc	Sé	Barcelona	CBD Holland	Sondas Distribuidora	Bellamar	ECOD	Lake Massa	Globex	Nova Casa Bahia	PontoFrio.com	PontoFrio Adm
SUBSIDIÁRIAS:													
Novasoc	10,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sé	93,10	6,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sondas Distribuidora	18,33	-	50,50	29,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PA/FIDC	9,58	0,75	0,37	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P.A.Publicidade	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barcelona	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBD Holland	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBD Panamá	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Xantocaipa	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-
Vedra	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bellamar	0,01	-	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vancouver	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dallas	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruxelas	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Tardelli	99,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 1	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 2	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 3	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 4	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 5	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 6	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 8	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOD	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
API SPE Imobiliarias	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lake Massa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-
Globex Utilidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globex Adm.e Serviços Ltda	52,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01
Globex - FIDC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-
Nova Casa Bahia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,70	-	-	-
Ponto Frio Adm.e Import. de Bens Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-
Rio Expresso Comércio Atacadista Eletro Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-
Globex Adm.de consórcio Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-
Pontocred Negócios de Varejo Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	99,99	-	-	-
Nova Extra Eletro	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	99,50	-	-	0,50
PontoFrio.Com Comércio Eletrônico S.A.	39,05	-	-	-	-	-	-	4,85	-	50,10	-	-	-
E - HUB Consult. Particip. e Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100,00	-	-
COLIGADAS:													
Financieira Itaú CBD - FIC	-	-	-	-	-	-	35,76	-	14,24	-	-	-	-
GPA - FIDC	9,47%	0,74%	0,37%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de Móveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barfira Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,00	-	-
Banco Investcred Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-	-

SUBSIDIÁRIAS:		Participação em Investidas - % - em 31 de Dezembro de 2010											
Sociedades		CBD	Novasoc	Sé	Barcelona	Holland	CBD	Sendas Distribuidora	Bellamar	ECOD	Lake Niassa	Globex	NOVA CASA Bahia
Novasoc	10,00	-	-	6,90	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sé	93,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sendas Distribuidora	14,86	-	42,57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PAIFDC	9,58	-	0,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
P.A Publicidade	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Barcelona	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBD Holanda	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CBD Panamá	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Xantocarapa	-	-	-	-	-	100,00	-	-	-	-	-	-	-
Vedra	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bellamar	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vancouver	100,00	-	-	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dallas	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bruxelas	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Monte Tardelli	99,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 1	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 2	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 4	99,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 5	99,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA 6	99,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ECOD	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
API SPE Imobiliares	100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lake Niassa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globex Utilidades	52,41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globex Adm e Servicos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globex - FIDC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novasoc Bahia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novo Casa Bahia S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Frio Adm e Import. de Bens Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Expresso Comércio Atacadista Eletro Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Globex Adm de consorcio Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pontocred Negocios de Varejo Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Novasoc Extra Eletro Comercio	0,01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Eletro S.A.	39,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
E - HUB Consult. Particip. Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,85	-	-	-
COLIADAS:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financiera Iltan CBD - FIC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA - FIDC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14,24	-	-
Industria de Móveis Bartra Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco Investcred Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25,00

a) Subsidiárias--Continuação

3. Base de consolidação--Continuação

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas Explicativas

associação do Banco Itaú Unibanco com o GPA e a Globex) são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

Notas Explicativas

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras da FIC e da BINV é pertinente ao Banco Itaú – Unibanco S.A. (Itaú-Unibanco). Dessa forma, a Companhia exerce influência significativa sobre seus investimentos e os reconhece pelo método de equivalência patrimonial.

Segundo o método da equivalência patrimonial, o investimento na associada é contabilizado pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição. O ágio relacionado à associada está incluído no valor contábil do investimento e não é amortizado nem submetido separadamente a testes de recuperação.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da associada. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido da associada, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidência, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e a associada são eliminados proporcionalmente à participação na associada.

A participação nos lucros das associadas está demonstrada na face da demonstração do resultado como resultado de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações contábeis intermediárias das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia determina na data de cada balanço se há evidências de que o investimento na associada não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da não recuperação como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda no resultado.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre a associada, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo custo. As eventuais diferenças entre o valor contábil da associada, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas no resultado do período.

c) Participação em joint venture - Bartira

A Companhia possui participação em uma *joint venture* controlada em conjunto, denominada Indústria de Moveis Bartira Ltda. (“Bartira”), na qual os participantes (GPA, por meio de Nova Casa Bahia S.A. (“NCB”), com 25%, e a família Klein, com 75%) têm um contrato que estabelece controle conjunto sobre as atividades econômicas da entidade.

O contrato exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na joint venture utilizando o método de consolidação proporcional. Além disso, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da joint venture com itens semelhantes – linha a linha – em suas informações contábeis intermediárias consolidadas. As informações contábeis intermediárias da joint venture são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia. Os ajustes são feitos quando necessários para alinhar as práticas contábeis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros incluídos no escopo da CPC 38 (IAS 39) são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou derivativos designados como instrumentos de *hedge* em uma operação de *hedge* eficaz, conforme o caso.

A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de investimentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, são somados aos custos da transação diretamente atribuíveis.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e depósitos judiciais. A Companhia não possuía investimentos disponíveis para venda em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: esses ativos financeiros são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Esses ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo. Essa categoria inclui os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge*, conforme definido pela CPC 38 (IAS 39). Os derivativos, incluindo derivativos embutidos, são classificados também nesse grupo, salvo se designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são contabilizados pelo valor justo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras. Quando de seu reconhecimento inicial, a Companhia não designou nenhum ativo financeiro pelo valor justo no resultado, à exceção de derivativos e caixa e equivalentes de caixa.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e recompensas do ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e recompensas do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e recompensas do ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retida pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidências objetiva de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento--Continuação

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia.

Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa futura for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado em despesas financeiras.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio de sociedades de propósito específico, o PAFIDC e Globex FIDC. (Vide a Nota 10).

O contas a receber oriundo de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de marketing, reembolsos de custo de frete, etc.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia possui a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Após a mensuração inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados e amortizados ao custo utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzida a perda do seu valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em conta qualquer desconto ou ágio na aquisição e taxas ou custos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado. As perdas por *perda do seu valor recuperável* são reconhecidas na demonstração do resultado sob o item custos financeiros.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como passivos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos ou financiamentos ou derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, saldo negativo de contas bancárias, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração depende da classificação dos passivos, conforme segue:

- Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: incluem os passivos financeiros normalmente negociados antes do vencimento, passivos designados pelo valor justo por meio do resultado quando de seu reconhecimento inicial e derivativos, exceto os designados como instrumentos de *hedge*. São mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As despesas de juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação do valor justo, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.
- Empréstimos e financiamentos: Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando a baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Opções de venda outorgadas a acionistas não controladores

- A classificação dos instrumentos de patrimônio e dos instrumentos de dívida emitidos pela Companhia depende das características específicas de cada instrumento. O instrumento é considerado um instrumento de patrimônio quando satisfeitas duas condições: (i) o instrumento não deve prever obrigação contratual de entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro para outra companhia, ou permuta de ativos ou passivos financeiros com outra companhia sob condições potencialmente desfavoráveis para a Companhia; e (ii) em caso de contrato que seja ou possa ser liquidado nos próprios instrumentos de dívida da Companhia, o instrumento tem de ser diferente de um derivativo que não preveja obrigação contratual de entrega de uma quantidade variável de instrumentos patrimoniais da própria Companhia, ou um derivativo que deva ser liquidado mediante a troca de uma quantidade fixa de dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos patrimoniais representativos da própria Companhia.

Portanto, os instrumentos resgatáveis a critério da Companhia, cuja remuneração dependa do pagamento de dividendos, são classificados no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Opções de venda outorgadas a acionistas não controladores--Continuação

Quando a Companhia detém uma participação societária presente nas ações sujeitas a um contrato de opção, nenhuma participação de acionistas não controladores é registrada e as ações sujeitas ao instrumento são contabilizadas como próprias. A política da Companhia é tratar qualquer obrigação associada ao instrumento como uma obrigação segundo o CPC 15 (IFRS 3) com alterações reconhecidas como contraprestação contingente contra ágio. As alterações nas obrigações associadas à passagem de tempo, como o fechamento de posição de uma taxa de desconto ou correção monetária, são reconhecidas como despesa financeira.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas informações trimestrais, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A Nota 18 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio

Para reclassificar um instrumento de dívida e patrimônio, a Companhia deve efetuar a contabilização da forma a seguir especificada:

- deve reclassificar um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) como instrumento de dívida (passivo financeiro) a partir da data em que o instrumento deixar de apresentar todas as suas características e condições necessárias para suportar o seu reconhecimento. O passivo financeiro deve ser mensurado pelo valor justo do instrumento na data de reclassificação. A Companhia deve reconhecer no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor contábil do instrumento patrimonial e o valor justo do passivo financeiro na data da reclassificação;

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio--Continuação

- deve reclassificar um instrumento de dívida como um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) a partir da data em que este apresentar todas as características e satisfizer as condições relativas ao seu reconhecimento, determinadas pelo CPC 39 (IAS 32). O instrumento de patrimônio deve ser mensurado pelo valor contábil do instrumento de dívida na data da reclassificação.

Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros são derivativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

No início de uma relação de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegido, a natureza do risco coberto e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos para os quais foram designados.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Contabilização de hedge--Continuação

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados como *hedges* de valor justo, seguindo os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um derivativo de *hedge* de taxa de juros é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido também no resultado.
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo valor amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item coberto deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco coberto.
- Se o reconhecimento do item protegido for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 3 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitas a um risco insignificante de alteração do valor, com data de vencimento original igual ou inferior a três meses. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas informações trimestrais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

c) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os ativos e passivos circulantes, quando relevantes, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro". A taxa de desconto utilizado é a mesmo do teste de recuperação de ativos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia, nas datas dos balanços, se há indícios de que um ativo possa não ser recuperável. Quando existem indicadores de não recuperação, ou quando do teste anual de recuperação, a Companhia estima o valor de recuperação do ativo. O valor de recuperação de um ativo é o maior entre o valor justo desse ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC); apura-se o valor recuperável de cada ativo específico, salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos. Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e baixado para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa de caixa futuro estimado é descontado, ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. Na apuração do valor justo com dedução dos custos de venda, adota-se um modelo de avaliação adequado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados no caso das subsidiárias de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo não recuperável.

Com relação aos ativos, com exceção do ágio, faz-se uma avaliação, na data de cada balanço, dos eventuais indícios de que as perdas por não recuperação reconhecidas anteriormente não existam mais ou tenham se reduzido. Caso existam tais indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou unidade geradora de caixa. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houve alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo desde o reconhecimento da perda por não recuperação mais recente. A reversão é limitada de modo que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável ou o valor contábil que seria apurado, líquido da depreciação, se não fosse reconhecida nenhuma perda por não recuperação do ativo em períodos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado do período.

Aplicam-se também os critérios a seguir na avaliação da não recuperação de ativos específicos:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

e) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ágio

O ágio é submetido a testes de recuperação anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável.

A não recuperação do ágio é apurada avaliando-se o valor de recuperação de cada UGC (ou grupo de UGCs) à qual se referir o ágio. Quando o valor de recuperação da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, reconhece-se uma perda por não recuperação. As perdas por não recuperação relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. O valor recuperável é o maior entre seu valor de uso e o valor justo, menos os custos de venda desse ativo, de uma UGC.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por não recuperação, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes de baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de baixa do ativo.

f) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e das perdas por não recuperação acumuladas, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específicas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

f) Imobilizado--Continuação

Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Categoria do ativo	% de depreciação anual – antes de 1º de janeiro de 2010	% de depreciação anual – a partir de 1º de janeiro de 2010
Edifícios	3,3	2,5
Benfeitorias e melhorias	6,7	4,2
Equipamentos de processamento de dados	10,0 a 33,0	10,0 a 50,0
Instalações	20,0 a 25,0	4,2 a 10,0
Móveis e utensílios	10,0	8,3 a 33,3
Máquinas e equipamentos	10,0	2,8 a 50,0
Veículos	20,0	20

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado quando da baixa do ativo.

Os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido, são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas no período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são determinados com base em seu valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos no resultado quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de usos das lojas), lista de clientes, opção de compra de participação de controladores de Bartira, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis de vida útil indefinida representado pelo contrato vantajoso de aluguel e contrato de fornecimento vantajoso de móveis são amortizados de acordo com os benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada período. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas no resultado, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida. O *software* é amortizado ao longo de cinco anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Ativos intangíveis--Continuação

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo e reconhecidos na demonstração do resultado quando do reconhecimento do ativo.

h) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir da data do balanço, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir da data do balanço são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como "não circulantes".

Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes.

i) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil ou contendo um arrendamento mercantil baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso de um ativo.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Arrendamento mercantil (Continuação)

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantis financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do contrato pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos no resultado.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do contrato, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Os contratos de arrendamentos mercantis são classificados como operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamentos mercantis operacional são reconhecidos como despesas pelo método linear durante o prazo do contrato.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro –, o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada no resultado líquida do eventual reembolso.

k) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas informações contábeis intermediárias no encerramento do período, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

l) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no período atual e nos períodos anteriores.

m) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

m) Patrimônio líquido--Continuação

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a consideração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

n) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

Nas situações em que são emitidos instrumentos patrimoniais e alguns dos bens ou serviços recebidos pela Companhia como contra-prestação não podem ser identificados especificamente, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo da operação de pagamento baseado em ações e o valor justo dos eventuais bens ou serviços identificáveis recebidos na data da outorga. Em seguida, o valor é capitalizado ou lançado como despesa, conforme o caso.

Operações liquidadas com ações

Quando qualquer parte relacionada compra ações da Companhia (ações em tesouraria), a consideração paga, incluindo qualquer custo diretamente atribuível é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando tais ações são subsequentemente reemitidas, qualquer consideração paga, líquida dos custos de transação atribuíveis, são incluídas no patrimônio líquido. Não há ganho ou perda reconhecidos na compra ou vendas na emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital. Qualquer diferença entre o valor de livros e a consideração paga, é registrada como reserva de capital.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Pagamento baseado em ações--Continuação

Operações liquidadas com ações--Continuação

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada período no resultado representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completam o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio são reconhecidas imediatamente. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação do prêmio original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Pagamento baseado em ações--Continuação

Operações liquidadas com ações--Continuação

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide Nota 29).

o) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo ou descontando do valor dos produtos ou serviços.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

p) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado pelo método das ações em tesouraria, conforme segue:

- *numerador*: lucro do período;
- *denominador*: número de ações ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas. Nesses casos especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida pelas seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido--Continuação

(ii) *Lucro bruto*

O lucro bruto corresponde à diferença entre a receita líquida de vendas e o custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo todos os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos depois do recebimento inicial das mercadorias em uma das lojas ou depósitos da Companhia. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) *Despesas de vendas*

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, etc.

(iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado adotada pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Apuração do lucro líquido--Continuação

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à nova mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiros, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à nova mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

r) Tributação

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos referentes ao período atual e a períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e é calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis segundo a legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo tributável.

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulta do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Impostos diferidos relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de impostos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que lhe originou, no resultado do período ou diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do período.

Os valores a recuperar derivados do ICMS, PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço.

s) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante de qualquer participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Combinações de negócios e ágio--Continuação

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 (IAS 39) por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre o pagamento transferido e o montante reconhecido de participação acionistas não controladores sobre os ativos líquidos identificados adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS com aplicabilidade após 01 de abril de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas:

IAS 12 – Imposto sobre a renda;
IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro;
IFRS 7 – Divulgação de instrumentos financeiros;
IFRS 9 – Instrumentos financeiros – Mensuração e Classificação; e

A Companhia avaliará os impactos nas informações trimestrais pela adoção desses pronunciamentos e interpretações e espera não ter impacto significativo em suas informações trimestrais consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais:

a) Compromissos de arrendamento mercantil operacional – e Companhia como arrendadora

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais e determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e benefícios significativos da propriedade desses imóveis e os contabilizou como arrendamento mercantil operacional.

b) Perda do valor recuperável do ágio

A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na Nota 4 e o CPC 1 (IAS 36). Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados com base em cálculos do valor recuperável e cotações de mercado. Os cálculos de valor recuperável exigem a adoção de estimativas, as quais foram divulgadas na Nota 15.

c) Impostos sobre a renda

Existem incertezas quanto à interpretação da complexa regulamentação fiscal e quanto ao valor e momento do lucro real futuro. Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar ajustes futuros nas receitas e despesas de imposto de renda já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as eventuais consequências de fiscalizações das autoridades tributárias. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela Companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas-- Continuação

c) Impostos sobre a renda--Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais a deduzir da Companhia totalizam um benefício fiscal em 31 de março de 2011 R\$745.677 (R\$720.530 em 2010). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para suporte de uma parcela desses saldos. A Companhia registrou uma provisão para não recuperação desses ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 79.196 em 31 de março de 2011.

A Nota 24 fornece outros detalhes sobre impostos.

d) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas informações contábeis intermediárias é apurado por meio de técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis; do contrário, exige-se um certo grau de julgamento na definição dos valores justos. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas-- Continuação

d) Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros--Continuação

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, na data do balanço, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs desses modelos são extraídos do mercado quando possível. Quando tais observações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos inputs tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

e) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil das opções de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na Nota 25.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O recurso em aplicações financeiras disponíveis para saque e em contas bancárias são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

	CDI	Controladora	
		31.03.2011	31.12.2010
Circulante			
Aplicações financeiras			
Itaú	100,5%	478.432	279.058
Banco do Brasil	100,2%	690.576	568.741
Bradesco	100,9%	506.472	564.809
Santander	101,0%	54.869	53.443
ABN AMRO	103,0%	8	-
		5.067	4.931
Unibanco	104,1%		
CEF	98,0%	2.738	2.668
Votorantim	101,1%	100.029	97.476
Safra	101,3%	57.827	49.849
		2.827	35.884
Outros	101,4%		
Total circulante		1.898.845	1.656.859
Caixa e em contas bancárias		43.146	100.717
Caixa e equivalentes de caixa		1.941.991	1.757.576

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa -- Continuação

	Consolidado		
	CDI	31.03.2011	31.12.2010
Circulante			
Aplicações financeiras			
Itaú	100,5%	1.352.987	1.727.488
Banco do Brasil	100,2%	758.874	696.331
Bradesco	100,9%	752.306	674.633
Santander	101,0%	153.220	70.087
ABN AMRO	103,0%	485	-
Unibanco	104,1%	5.067	4.931
CEF	98,0%	2.738	2.668
Votorantim	101,1%	104.925	104.766
Safra	101,3%	173.811	53.750
Outros	101,4%	5.421	65.779
Total circulante		<u>3.309.833</u>	<u>3.400.433</u>
Caixa e em contas bancárias		<u>278.093</u>	<u>417.561</u>
Caixa e equivalentes de caixa		<u><u>3.587.926</u></u>	<u><u>3.817.994</u></u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Títulos e Valores Mobiliários

	CDI	Consolidado	
		31.03.2011	31.12.2010
Banco do Brasil	101,0%	96.568	315.332
Banco Bradesco		121.388	-
Banco Santander	100,5%	54.373	190.307
Banco Safra	101,25%	96.920	102.363
		369.249	608.002
Total Circulante		367.229	608.002
Total não Circulante		2.020	-

A subsidiária NCB possui restrições para a movimentação do saldo de R\$96.568 (R\$155.912 em 31 de dezembro de 2010) aplicados no Banco do Brasil, referentes às operações de Crédito Direto ao Consumidor por Intermediação ("CDCI"). Deste saldo, R\$94.548 serão disponibilizados mediante o pagamento do empréstimo vinculado nos próximos 12 meses, e R\$ 2.020, reconhecidos no ativo não circulante, serão disponibilizados após 1º de abril de 2012"

9. Contas a receber de clientesa) Composição

	Controladora	
	31.03.2011	31.12.2010
Circulante		
Proveniente de vendas por meio de:		
Administradoras de cartões de crédito	92.093	305.075
Tickets de vendas e outros	45.570	43.673
Vendas a crédito - Cheques pré-datados	1.747	2.027
Cartão de crédito próprio - parcelamento sem juros	10.672	15.127
Contas a receber de partes relacionadas	152.477	180.917
Provisão crédito de liquidação duvidosa		-
Proveniente de acordos comerciais	236.247	333.551
Total do circulante	538.806	880.370
Não circulante		
Outras contas a receber	58.283	59.087
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(4.717)	(6.302)
Total do não circulante	53.566	52.785

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação**a) Composição--Continuação**

	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Circulante		
Proveniente de vendas por meio de:		
Administradoras de cartões de crédito	383.247	425.581
Tickets de vendas e outros	361.825	158.166
Financiamento ao consumidor	1.404.424	1.520.670
Vendas a crédito - cheques pré-datados	5.695	6.294
Duplicatas a receber de clientes de atacado	27.997	13.233
Cartão de crédito próprio – Parcelamento sem juros	10.672	15.127
Contas a receber de partes relacionadas	5.954	-
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(192.075)	(172.901)
Ajuste a valor presente	(21.319)	(7.062)
Proveniente de acordos comerciais	302.242	421.097
	2.282.707	2.380.205
Contas a receber – FIDCs	1.960.449	1.667.029
Total circulante	4.243.157	4.047.234
Não circulante		
Contas a receber – Paes Mendonça	431.275	420.570
Financiamento ao consumidor	85.597	101.503
Outras contas a receber	87.110	105.859
Provisão crédito de liquidação duvidosa	(11.058)	(16.302)
Total do não circulante	592.925	611.630

As contas a receber de clientes são valores devidos por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios.

b) Administradoras de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis das empresas de cartões de crédito. Nas subsidiárias Globex, Casas Bahia e PontoFrio.com, os recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos vencem em parcelas de até 18 meses.

Por meio de suas subsidiárias Globex, Ponto Frio e Nova Casa Bahia, a Companhia vende ou desconta seus recebíveis de cartões de crédito a bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

c) Financiamento ao consumidor--Continuação

Os saldos de “Contas a receber de carnês” correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses.

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações.

Até novembro de 2010, a subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco (“Bradesco”), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a Companhia recebe o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a Companhia é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a Companhia adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da Companhia, com contrapartida à rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

O saldo em aberto desses recebíveis de responsabilidade da Globex em 31 de março de 2011 era de R\$ 377.717 (R\$657.097 em 31 de dezembro de 2010).

d) Contas a receber - FIDCs

A Companhia realiza operações de securitização de seus direitos creditórios. A Companhia realiza operações de securitização de seus direitos creditórios representados por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, o PAFIDC. O volume de operações foi de R\$ 2.390.481 em 31 de março de 2011 (R\$ 2.543.974 em 31 de dezembro de 2010), para o PAFIDC, no qual foi retida a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos foram de R\$ 162.575 (R\$ 29.807 em 31 de março de 2010), reconhecidos como despesas financeiras no resultado do período de 2011.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes--Continuação

d) Contas a receber - FIDCs--Continuação

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no PAFIDC em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram de R\$1.960.449 e R\$1.667.029, respectivamente, líquidos de provisão para perdas.

e) Contas a receber – Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente e garantidas por direitos de locação comercial “Fundo de Comercio” de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, pela Novasoc e pela Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento.

f) Contas a receber de fornecedores

As contas a receber de fornecedores incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contrato e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

g) Provisão para créditos de liquidações duvidosa

A provisão para créditos de liquidações duvidosas baseia-se na média histórica de perdas, complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

	Controladora	
	31.03.2011	31.12.2010
No início do exercício	(6.302)	(5.948)
Provisão para devedores duvidosos	(1.482)	(10.932)
Recuperações e baixas de provisões	3.067	10.578
No final do período	(4.717)	(6.302)
Vendas a crédito – Cheques pré-datados	-	-
Vendas corporativas	-	-
Outras contas a receber	(4.717)	(6.302)
	(4.717)	(6.302)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Contas a receber de clientes—Continuaçãog) Provisão para créditos de liquidações duvidosa – Continuação

	Consolidado	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
No início do exercício	(189.203)	(17.237)
Provisão para devedores duvidosos	(45.829)	(596.885)
Recuperações e baixas de provisões	31.899	424.919
No final do período	<u>(203.133)</u>	<u>(189.203)</u>
Vendas a crédito – Cheques pré-datados	(4)	
Vendas corporativas	(192.071)	(172.901)
Outras contas a receber	(11.058)	(16.302)
	<u>(203.133)</u>	<u>(189.203)</u>
Total Circulante	(192.075)	(172.901)
Total não circulante	(11.058)	(16.302)

	<u>Vencidos mas não provisionados para perdas</u>					
	<u>Total</u>	<u>A vencer</u>	<u><30 dias</u>	<u>30-60 dias</u>	<u>61-90 dias</u>	<u>>90 dias</u>
31.03.2011	4.243.157	4.083.235	110.014	23.167	13.544	13.197
31.12.2010	4.047.234	3.741.698	229.411	16.497	53.090	6.538

10. Fundos de securitização de recebíveisa) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar

O PAFIDC é um fundo de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados. O fundo tem prazo de duração definida, encerrando-se em 07 de dezembro de 2012.

A estrutura de capital do fundo em 31 de março de 2011 é composta por 10.295 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.127.869 (R\$1.096.130 em 31 de dezembro de 2010), representando 89,42% do patrimônio do fundo (89,30% em 31 de dezembro de 2010) e 2.864 quotas subordinadas detidas pela Companhia e subsidiárias, no valor de R\$133.429, representando 10,58% do patrimônio do fundo (10,70% em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis--Continuação

a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar--Continuação

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$119.453 em 31 de março de 2011 (R\$117.613 em 31 de março de 2010). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

A taxa de juros das quotas seniores está demonstrada a seguir:

Quotistas	Quantidade	31.03.2011		31.12.2010	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	5.826	109,5%	692.344	109,5%	672.861
Seniores B	4.300	109,5%	189.466	109,5%	184.135
Seniores C	169	109,5%	246.059	109,5%	239.134
			<u>1.127.869</u>		<u>1.096.130</u>

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do prazo do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

b) Fundo de Securitização de Recebíveis Globex – Globex FIDC

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído com o intuito de adquirir as contas a receber da Globex (principalmente de cartão de crédito), originadas da venda de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 11 de novembro de 2010 e tem prazo de duração indeterminado

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis--Continuação**b) Fundo de Securitização de Recebíveis Globex – Globex FIDC -- Continuação**

A estrutura de capital do fundo em 31 de março de 2011 é composta de 11.666 ações seniores detidas por terceiros, no valor de R\$ 1.218.125 (R\$ 1.166.600 em 31 de dezembro de 2010), representando 86,3% do patrimônio do fundo (87,5% em 31 de dezembro de 2010), e 169 ações subordinadas (1.667 em 31 de dezembro de 2010), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$ 192.926 (R\$ 166.700 em 31 de dezembro de 2010), representando 13,7% do patrimônio do fundo (12,5% em 31 de dezembro de 2010).

As taxas de juros das ações seniores estão demonstradas abaixo:

Acionistas	Quantidade	2011		2010	
		Taxa do CDI	Saldo	Taxa do CDI	Saldo
Sênior - 1ª série	11.666	107,75	1.218.125	107,75%	1.184.387

11. Estoques

	Controladora	
	31.03.2011	31.12.2010
Lojas	1.020.315	999.835
Centrais de distribuição	766.478	623.223
Provisão para estoques	(40.891)	(49.804)
	<u>1.745.902</u>	<u>1.573.254</u>
	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Lojas	2.948.515	2.638.904
Centrais de distribuição	2.005.083	2.291.445
Provisão para estoques	(101.310)	(97.942)
Ajuste a valor presente	(4.216)	(8.639)
	<u>4.848.072</u>	<u>4.823.768</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

11. Estoques—Continuação

As provisões sobre os estoques na Controladora se referem principalmente às provisões sobre bonificações não realizadas nos estoques no montante de R\$36.814 (R\$40.883 em 2010). No consolidado, as provisões sobre os estoques são principalmente compostas de provisões sobre bonificações não realizadas nos estoques no montante de R\$56.703 (R\$51.344 em 2010), além das provisões para quebras de Globex no montante de R\$31.313 (R\$25.422 em 2010).

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária Globex.

12. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	Controladora	
	31.03.2011	31.12.2010
Circulante		
Impostos sobre vendas	296.336	263.936
Imposto de renda e outros	117.968	100.286
Ajuste a valor presente	(468)	(460)
	413.836	363.762
Não circulante		
Impostos sobre vendas	111.812	111.812
ICMS e outros	15.525	15.494
Ajuste a valor presente	(7.590)	(7.504)
	119.747	119.802
Total de impostos a recuperar	533.583	483.564
	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Circulante		
Impostos sobre vendas	791.873	612.956
Imposto de renda e outros	309.665	275.946
Ajuste a valor presente	(552)	(547)
	1.100.986	888.355
Não circulante		
Impostos sobre vendas	194.531	189.097
ICMS e outros	20.480	33.320
Ajuste a valor presente	(13.429)	(8.911)
	201.582	213.506
Total de impostos a recuperar	1.302.568	1.101.861

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

	Controladora					Saldo em 31.03.2011
	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	
Terrenos	820.088	-	-	-	-	820.088
Edifícios	1.795.262	3.163	(13.903)	(10)	81.873	1.866.385
Benfeitorias e melhoramentos	986.222	13	(17.382)	(1.991)	61.733	1.028.595
Equipamentos	363.139	16.509	(21.468)	(1.285)	41.121	398.016
Instalações	92.104	2.606	(2.233)	(123)	5.536	97.890
Móveis e utensílios	160.883	3.681	(6.123)	(1.109)	19.161	176.493
Veículos	15.193	306	(1.075)	(245)	362	14.541
Imobilizado em andamento	421.480	132.742	-	(10.389)	(208.935)	334.898
Outros	120.989	8.289	(1.377)	-	(2.070)	125.831
	4.775.360	167.309	(63.561)	(15.152)	(1.219)	4.862.737
Arrendamento financeiro:						
Hardware	3.665	-	(276)	-	-	3.389
Edifícios	22.973	-	(342)	-	-	22.631
	26.638	-	(618)	-	-	26.020
Total do imobilizado	4.801.998	167.309	(64.179)	(15.152)	(1.219)	4.888.757

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

	Consolidado					Saldo em 31.03.2011
	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	
Terrenos	975.496			1.263		976.759
Edifícios	1.904.501	3.585	(15.232)	214	89.107	1.982.175
Benfeitorias e melhoramentos	1.519.071	12.380	(29.952)	2.146	152.651	1.656.296
Equipamentos	640.573	50.346	(36.293)	(710)	63.548	717.464
Instalações	250.093	3.927	(7.395)	963	9.749	257.337
Móveis e utensílios	398.308	14.902	(12.352)	183	29.273	430.314
Veículos	157.982	7.009	(7.690)	(368)	(1.310)	155.623
Imobilizado em andamento	577.348	180.376		(10.389)	(346.853)	400.482
Outros	146.378	14.008	(2.169)	(349)	(3.643)	154.225
	6.569.750	286.533	(111.083)	(7.047)	(7.478)	6.730.675
Arrendamento financeiro:						
Equipamentos	74.332		(1.162)		868	74.038
Hardware	5.785		(4.052)		113	1.846
Instalações	1.087		(27)		(57)	1.003
Móveis e utensílios	12.811		(394)		(864)	11.553
Veículos	12.556		490		2.789	15.835
Edifícios	27.274		(439)			26.835
	133.845		(5.584)		2.849	131.110
Total do imobilizado	6.703.595	286.533	(116.667)	(7.046)	(4.629)	6.861.785

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro a companhia e subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia e demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa 19 (f).

Não foi contabilizado provisão para recuperação no período findo em 31 de março de 2011. Em 31 de dezembro de 2010, foi registrada uma provisão de R\$ 11 milhões, referente à perda do valor recuperável de ativo imobilizado de lojas.

As transferências referem-se a itens transferidos a outras empresas do Grupo e intangíveis (software) que transitam pela conta imobilizada em andamento quando de sua aquisição.

a) Capitalização de Juros dos empréstimos

A capitalização dos juros dos empréstimos refere-se às construções ou renovações significativas de aproximadamente 370 lojas.

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados durante o período findo em 31 de março de 2011 foi de 3.109 (R\$ 4.920 em 31 de março de 2010) respectivamente. A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 100% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Intangíveis

	Controladora						
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições	Amortização	Aquisição de Subsidiária	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de março de 2011
Ágio - Eletrodomésticos	174.548	-	-	-	-	-	174.548
Ágio - Atacarejo	300.614	-	-	-	-	-	300.614
Total ágio	475.162	-	-	-	-	-	475.162
Intangíveis - NCB	-	-	-	-	-	-	-
Total Intangíveis - NCB	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio - varejo	-	-	-	-	-	-	-
Total fundo de comércio	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	195.260	347	(9.372)	-	-	1.218	187.454
Total Softwares	195.260	347	(9.372)	-	-	1.218	187.454
Total Intangíveis	670.422	347	(9.372)	-	-	1.218	662.616

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Intangíveis—Continuação

CONSOLIDADO

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições	Amortização	Aquisição de Subsidiária	Baixas	Transferências	Saldo em 31 de março de 2011
Ágio – Atacarejo	428.762	-	-	-	-	-	428.762
Ágio - Eletrodomésticos	279.851	-	-	-	-	-	279.851
Ágio - Comércio eletrônico	-	-	-	-	-	-	-
Ágio – Varejo	663.195	-	-	-	-	-	663.195
Total ágio	1.371.808	-	-	-	-	-	1.371.808
Marcas - Eletrodomésticos	399.719	6	(1.571)	-	-	-	398.154
Marcas - Comércio eletrônico	1.615.417	-	-	-	-	-	1.615.417
Marcas – Atacarejo	38.639	-	-	-	-	-	38.639
Total marcas	2.053.775	6	(1.571)	-	-	-	2.052.210
Fundo de comércio – eletrodomésticos	617.899	230	(1.927)	-	-	2.537	618.739
Fundo de comércio - varejo	-	-	-	-	-	-	-
Total fundo de comércio	617.899	230	(1.927)	-	-	2.537	618.739
Relacionamento de Clientes – Eletrodomésticos	24.845	-	-	-	-	-	24.845
Relacionamento de Clientes - Comércio eletrônico	-	-	-	-	-	-	-
Relacionamento de Clientes – Atacarejo	-	-	-	-	-	-	-
Total relacionamento de clientes	24.845	-	-	-	-	-	24.845
Contrato de Fornecimento vantajoso – Bantira	274.542	-	(15.485)	-	-	-	259.057
Contrato de Aluguel vantajoso – Nova Casa Bahia	251.994	-	(15.479)	-	-	-	236.515
Total Contratos vantajosos	526.536	-	(30.964)	-	-	-	495.572
Softwares	286.902	62.915	(15.601)	-	(43)	798	334.971
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total outros	286.902	62.915	(15.601)	-	(43)	798	334.971
Total Intangíveis	4.881.765	63.151	(50.063)	-	(43)	3.335	4.898.144

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Intangíveis--Continuação

a) Testes de recuperação do ágio e intangíveis

Anualmente o ágio e os ativos intangíveis são submetidos a testes de recuperação segundo o método descrito na Nota 4 - "Principais Políticas Contábeis".

A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos. As premissas adotadas estão descritas adiante.

Como resultado dos testes de recuperação realizados em 2010 e avaliação de indicadores de impairment, a Companhia não reconheceu perdas por não recuperação.

Os testes de recuperação compreendem a apuração dos valores em uso das unidades geradoras de caixa (UGCs) ou grupos da UGC para os quais o ágio e os intangíveis são alocados e sua comparação com os valores contábeis dos ativos relacionados. O ágio derivado da aquisição inicial de empresas é alocado para os grupos de UGC de acordo com as classificações descritas na Nota 26 (Informações por segmento).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Intangíveis--Continuação

a) Testes de recuperação do ágio e intangíveis

Para avaliação interna, os testes de recuperação são efetuados anualmente a cada fechamento e, compreendem, de modo geral, a apuração do valor em uso de cada UGC, de acordo com os princípios descritos na Nota 4. O valor em uso é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, com base no fluxo de caixa antes dos impostos, adotando-se as seguintes taxas:

	<u>Taxa de crescimento</u>	<u>Taxa de desconto (i)</u>
Fluxo de caixa	Entre 3,9% e 4,9%	11,3%

(i) A taxa de desconto é representada pelo custo médio do capital próprio da Companhia, em Reais correntes ("CAPM – Capital Assets Price Model")

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios de longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa.

As principais premissas adotadas na análise da recuperação estão descritas a seguir:

1. *Receitas* – projetadas com base no orçamento anual do exercício seguinte e no plano de negócios da Companhia referente ao período de 2011 a 2015;
2. *Custos e despesas operacionais* – projetados com base no plano de negócios da Companhia.
3. *Investimentos de capital* – os investimentos de capital foram estimados levando-se em conta a infra-estrutura necessária para suporte do crescimento estabelecido no plano de negócios.

As principais premissas foram estimadas levando-se em conta o desempenho histórico da Companhia, com base em premissas macroeconômicas razoáveis e são compatíveis com fontes de informação externas baseadas em projeções do mercado financeiro, estando documentadas e aprovadas pela administração da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Intangíveis--Continuação

b) Outros intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, estes foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos.

Aquisição durante o exercício de 2010

Em conexão com as combinações de negócios ocorridas em 2010 (conforme descritos na nota 16, a Companhia adquiriu ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida, conforme segue:

- Vida útil indefinida – marcas e fundo de comércio;
- Vida útil definida – Contrato vantajoso de aluguel (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentosa) Composição dos investimentos

	Controladora							Total
	Sé	Sendas	Novasoc	Globex	PontoFrio.com	NCB	Outros	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.591.637	52.194	-	803.936	-	-	18.393	2.466.160
Adições	-	-	6.449	473.688	-	-	-	480.137
Aquisições	-	-	-	-	18.895	1.015.547	-	1.034.442
Baixa	(13.391)	(18.343)	-	-	-	-	-	(31.734)
Equivalência patrimonial	124.259	745	35.576	(14.221)	(2.077)	-	4.227	148.509
Dividendos a receber	-	782	-	-	-	-	-	782
Outros	-	-	(11.984)	(1.622)	2.176	-	1.236	(9.807)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.702.505	35.378	30.041	1.261.781	18.994	1.015.547	23.856	4.088.102
Baixa	(152.074)	(36.655)	(11.271)	-	-	-	-	(200.000)
Equivalência	36.989	7.831	9.213	(12.692)	(425)	(4.256)	-	36.660
Outros	-	-	-	(11.731)	(113)	-	-	(11.844)
Saldos em 31 de março de 2011	1.587.420	6.554	27.983	1.237.358	18.456	1.011.291	23.856	3.912.918

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentos—Continuaçãoa) Composição dos investimentos

Consolidado	FIC/	Binv/	Outros	Total
	Miravalles	Globex		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	176.565	15.010	2.652	194.227
Adições	-	-	-	-
Aquisições (i)	-	-	-	-
Baixa	-	-	(465)	(465)
Equivalência patrimonial	21.722	12.799	(22)	34.499
Dividendos a receber	(7.925)	(3.155)	-	(11.080)
Lei 11.638/07	16.011	(652)	-	15.359
Saldos em 31 de dezembro de 2010	206.373	24.002	2.165	232.540
Baixa	(13.670)	(553)	-	(14.223)
Equivalência patrimonial	7.510	3.054	(22)	10.542
Saldos em 31 de março de 2011	200.213	26.503	2.143	228.859

(i) Valor justo do investimento que a NCB mantém em Bartira.

(i) *FIC / Miravalles*

A Miravalles, sociedade constituída em julho de 2004 e detentora dos direitos de exploração das atividades financeiras da Companhia, recebeu uma subscrição de capital da Itaú Unibanco Holding S.A., que agora detém 50% do capital da sociedade (os 50% restantes são detidos pela Companhia). Também em 2004, a Miravalles constituiu a Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC"). A FIC é uma sociedade de estruturação e negociação de produtos financeiros, atendendo exclusivamente a clientes da Companhia.

Em 28 de agosto de 2009, a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú Unibanco") alteraram a contrato de parceria com a FIC, retirando a obrigação de exclusividade do Itaú Unibanco e prorrogando o contrato de parceria por mais 5 anos, que terá validade até 28 de agosto de 2029. Finalmente, o novo contrato de parceria inclui todas as marcas e formatos de estabelecimentos operados ou detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, incluindo supermercados, hipermercados, lojas de conveniência, lojas de eletrodomésticos, lojas de auto-serviço, postos de gasolina, drogarias e de comércio eletrônico.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

(i) FIC / Miravalles--Continuação

Durante o exercício de 2009, houve uma reestruturação societária envolvendo a incorporação da Miravalles pela FIC. Depois de tal reestruturação, a Companhia detém uma participação de 50% na FIC. A direção operacional da FIC está sob a responsabilidade do Itaú Unibanco.

As informações financeiras resumidas da FIC em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Ativo circulante	3.331.432	3.118.059
Ativo não circulante	1.286	289.963
Ativo total	<u>3.363.371</u>	<u>3.408.022</u>
Passivo circulante	2.762.134	2.783.045
Passivo não circulante	27.628	36.259
Patrimônio líquido	557.399	588.718
Total passivo e patrimônio líquido	<u>3.363.371</u>	<u>3.408.022</u>
Resultados operacionais:		
Receitas	203.585	918.415
Resultados operacionais	11.773	145.756
Lucro líquido	<u>8.560</u>	<u>93.302</u>

(ii) Sendas

Compra de participação de acionistas não controladores de Sendas Distribuidora

Em 5 de janeiro de 2007, a Sendas S.A. notificou a Companhia sobre o exercício de seu direito de trocar toda a sua participação na Sendas Distribuidora pelas ações preferenciais da Companhia. Esse direito de trocar as ações prevaleceria se a decisão final do processo arbitral iniciado por Sendas S.A em 19 de outubro de 2005 fosse desfavorável à Sendas S.A. O objeto do referido procedimento arbitral era reconhecer que a associação do Grupo Diniz com o Grupo Casino constituía mudança de controle, o que possibilitaria o reconhecimento do exercício da opção de troca das ações de Sendas Distribuidora por Sendas S.A.

Como em 29 de abril de 2009 a Câmara de Conciliação e Arbitragem da FGV-RJ proferiu decisão desfavorável à Sendas S.A., o exercício da troca de participação efetuado em 5 de janeiro de 2007 tornou-se juridicamente válido, cabendo a partir daí definir o valor da opção de troca, a valor justo.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentos--Continuação

a) Composição dos investimentos--Continuação

(ii) Sendas--Continuação

Compra de participação de acionistas não controladores de Sendas Distribuidora--Continuação

Como o valor justo estava em fase de negociação, nos termos do CPC 38 (IAS 39) as informações contábeis intermediárias da Companhia para 1º de janeiro de 2009 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (contemplando a adoção plena dos CPCs) refletiu o exercício da opção de troca por Sendas S.A., estimado em R\$128.096, mediante o reconhecimento de um instrumento de patrimônio, determinado pelo número de ações preferenciais da CBD (3.566.000 ações) que seriam entregues à Sendas S.A, utilizando o preço da ação preferencial de CBD na data do exercício da opção de troca, ou seja, 5 de janeiro de 2007.

Neste contexto, a Companhia consolidou Sendas Distribuidora integralmente nas informações contábeis intermediárias de 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, não reconhecendo a correspondente participação de não-controladores.

Sendas S.A. e Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. (subsidiária da Companhia) celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, segundo o qual as ações de Sendas Distribuidora detidas por Sendas S.A. poderão ser transferidas à Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. A aquisição desta participação minoritária foi aprovada pelo Conselho de Administração de CBD, todavia, esta transação está sujeita a aprovação da assembléia geral de acionistas da Companhia, a qual constitui condição suspensiva para a validade da operação. Uma vez cumprida tal condição, Sendas S.A. transferirá à Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. a totalidade da sua participação na Sendas Distribuidora, atualmente equivalente a 42,57% do capital social total, pelo preço de R\$ 377.000, a ser liquidado da seguinte forma: R\$ 59.000 mediante transferência das ações e a parcela remanescente, no valor de R\$ 318.000, em 6 parcelas anuais iguais e consecutivas de R\$ 53.000 cada uma, vencendo a primeira delas em julho de 2011, com previsão de atualização pelo IPCA a partir da 4a. parcela, tomando-se como base o mês de julho dezembro de 2010. O valor presente da obrigação assumida, em 31 de março de 2011, é de R\$ 331.327 (R\$324.350 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Investimentos—Continuação**b) Contas a pagar por aquisição de participação de acionistas não controladores**

Consolidado	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Aquisição de participação em Assai (i)	15.035	188.194
Aquisição de participação em Sendas Distribuidora (ii)	272.327	324.350
	<u>287.362</u>	<u>512.544</u>
Passivo circulante	62.850	297.484
Passivo não circulante	224.512	215.060

- I. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacarejo” para o Grupo. O contas a pagar será liquidado durante o exercício de 2011.
- II. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas Distribuidora, que será liquidada em 6 parcelas anuais, sendo a última amortização em dezembro de 2017

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores

a) Associação com Nova Casa Bahia

Contexto da associação

Em 4 de dezembro de 2009, a Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") e o GPA celebraram Acordo de Associação ("Acordo de Associação") visando a integração dos seus negócios de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 3 de fevereiro de 2010 as partes assinaram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") um Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"), determinando as seguintes ações: (i) manutenção das marcas "Casas Bahia" e "Ponto Frio", bem como a realização de campanhas promocionais separadas, assegurando investimentos em propaganda e marketing em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) manutenção em funcionamento das lojas existentes nos 146 municípios nos quais "Casas Bahia" e "Ponto Frio" estão presentes; (iii) manutenção dos seus respectivos Centros de Distribuição (CDs) e da fábrica de móveis Bartira; (iv) manutenção das respectivas políticas de concessão de crédito; e (v) manutenção das estruturas de compras e dos seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área. Ressalvadas essas condições específicas, tanto Globex como NCB, poderão adotar as medidas que sejam necessárias para a integração das atividades e capturar as sinergias resultantes da operação. A presente operação está pendente de aprovação perante o CADE.

Em 1º de julho de 2010, os acionistas de NCB celebraram aditivo ao Acordo de Associação, no qual as partes revisaram certas condições para a associação, bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Como etapa preliminar a integração desses negócios, em 1º de outubro de 2010 os ativos operacionais de CB foram transferidos à NCB mediante processo de cisão parcial. Nessa transferência foi incluída uma participação societária de 25% na Bartira (os outros 75% continuam em poder da CB).

Assim, a partir de 1º de outubro de 2010 NCB passou a operar sob a marca "Casas Bahia", cuja atividade está presente em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, representada com 526 lojas e 8 centros de distribuição, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, tais como móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Contexto da associação--Continuação

Em 9 de novembro de 2010, como etapa preparatória do processo de incorporação de ações de NCB por Globex, a Companhia promoveu a concentração das atividades de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico de bens duráveis na Globex.

Para tanto, a Companhia realizou contribuições de capital em sua subsidiária Globex, utilizada nesta transação como interveniente e parte da contraprestação transferida para a aquisição, dos seguintes valores; (i) ativos líquidos da operação de eletro-eletrônicos da Companhia, estabelecida pela marca "Extra-Eleto", no montante de R\$89.826; (ii) aplicações financeiras no montante de R\$290.143; e (iii) recebíveis entre subsidiárias da Companhia, no montante de R\$375.550.

Como etapa final do processo de integração dos negócios de varejo de bens duráveis, também em 9 de novembro de 2010, a totalidade das ações de NCB foi incorporada ao capital de Globex a valor patrimonial contábil, tornando NCB, a partir desta data, sua subsidiária integral, com a manutenção do controle por GPA. Como resultado desta incorporação de ações, GPA diluiu sua participação direta em Globex, passando a deter 52,41% de seu capital social, porém mantendo o controle das decisões operacionais e financeiras pertinentes à Globex e suas subsidiárias.

A relação de trocas de ações foi baseada na avaliação econômica das empresas NCB e Globex, na data-base de 30 de junho de 2010, devidamente suportada por laudos subscritos por empresa especializada.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Determinação da contraprestação transferida pela aquisição de controle de NCB

Com as contribuições de capital estabelecidas, e como parte do processo de incorporação das ações de NCB ao patrimônio líquido de Globex, GPA transferiu para a CB o equivalente a aproximadamente 47% da totalidade de seu investimento em Globex, sendo esta determinada como a contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB ("Contraprestação total transferida").

Como Globex é uma empresa pública, com cotações e negociações regulares no mercado organizado (Bovespa), praticadas por compradores e vendedores independentes e conhecedores do negócio de eletro-eletrônicos, para fins contábeis o valor justo da contraprestação transferida foi determinada pela cotação final da ação ordinária de Globex, negociada no pregão da Bovespa em 9 de novembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Quantidade de ações ordinárias mantidas por CBD, correspondentes a participação de 98,77% detida	168.927.975
Cotação da ação ordinária de Globex em 09 de novembro de 2010 - R\$	15,00
Valor de mercado (Bovespa) do investimento em Globex - 98,77%	<u>2.533.920</u>
47% do valor de mercado do investimento em Globex cedidos aos acionistas de CB	1.193.082
Dividendos fixos obrigatórios aos acionistas de Bartira (i)	6.069
<i>Ativos recebidos de CB e considerados como contraprestação transferida:</i>	
Opção de compra de participação controladora de Bartira, líquido de imposto de renda e contribuição social (ii)	(274.563)
Participação de acionistas não controladores sobre os ativos recebidos	130.571
Valor da contraprestação total transferida	<u><u>1.055.159</u></u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

- (i) Conforme Acordo de Associação pactuado, a Bartira realizará uma distribuição desproporcional do resultado obrigatória aos seus acionistas, de forma a assegurar a Família Klein o recebimento de R\$ 12 milhões a título de dividendos, nos próximos três anos. Este dividendo mínimo obrigatório que Bartira deverá pagar a CB, como uma distribuição desproporcional, foi considerada, de acordo com o CPC15 e IFRS 3R, como parte da contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB;
- (ii) Contrato de fornecimento de móveis pela Bartira: a NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado;
- (iii) Contrato vantajoso sobre aluguel de imóveis, pactuado com CB: refere-se aos imóveis de CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional realizado por NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado;
- (iii) Valor justo da opção de compra da Bartira: as partes outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por GPA e CB, em Bartira. As condições são definidas como segue:
 - Durante o período de restrição definido no Acordo de Associação como 36 meses, NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social de Bartira por R\$1,00 ("Um real");
 - Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo, NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social de Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo IPCA;

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

- Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA;

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (provisório)

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de NCB, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanco de abertura IFRS	(i) Valor justo do investimento detido em Bartira	(ii) Marca "Casas Bahia"	(iii) Fundo de Comércio	(iv) Contrato de fornecimento em condições favoráveis	(iii) Contrato de aluguel em condições favoráveis	Balanco após a alocação provisional do preço de compra
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	64.957	-	-	-	-	-	64.957
Aplicações financeiras	586.536	-	-	-	-	-	586.536
Contas a receber de clientes	2.434.960	-	-	-	-	-	2.434.960
Estoques	1.360.420	-	-	-	-	-	1.360.420
Impostos a recuperar	269.352	-	-	-	-	-	269.352
Imposto de renda diferido	142.342	(46.770)	(549.242)	(136.344)	(47.971)	(87.075)	(725.060)
Despesas antecipadas	58.498	-	-	-	-	-	58.498
Outros	268.059	-	-	-	-	-	268.059
Investimentos em associadas	-	137.560	-	-	-	-	137.560
Imobilizado	570.889	-	-	-	-	-	570.889
Intangível	57.217	-	1.615.417	401.011	141.092	256.103	2.470.840
	5.813.230	90.790	1.066.175	264.667	93.121	169.028	7.497.011
Passivo							
Contas a pagar	(1.063.178)	-	-	-	-	-	(1.063.178)
Empréstimos e financiamentos	(1.438.859)	-	-	-	-	-	(1.438.859)
Impostos a pagar	(448.565)	-	-	-	-	-	(448.565)
Receitas diferidas	(230.637)	-	-	-	-	-	(230.637)
Provisão para contingências	(33.796)	-	-	-	-	-	(33.796)
Outros	(1.405.165)	-	-	-	-	-	(1.405.165)
	(4.620.200)	-	-	-	-	-	(4.620.200)
Ativos líquidos	1.193.030	90.790	1.066.175	264.667	93.121	169.028	2.876.811

- (i) Valor justo do investimento detido em Bartira (25%): refere-se a mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social de Bartira. Sua mensuração foi realizada por múltiplos de EBITDA, obtidos de empresas comparáveis no mercado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos (provisório)--
Continuação

- (ii) Marca "Casas Bahia": A marca Casas Bahia é tradicional e conhecida no mercado varejista brasileiro, sendo considerada uma das mais valiosas por empresas especializadas na avaliação de marcas. Dado a força e reconhecimento desta marca, um participante de mercado não deveria descontinuar-la. Sua mensuração foi baseada pela metodologia "royalties relief", que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (iii) Fundo de comércio: pontos comerciais, muitos deles localizados em shoppings centers de grande movimentação. Tanto em shoppings como em lojas de rua, é comum a cobrança de taxas de cessão de direitos de uso do ponto na transferência deste ativo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado;

Nenhum passivo ou ativo contingente foi identificado e reconhecido na data da aquisição e mesmo que fosse, seria indenizável por CB ou GPA, conforme o caso.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo dos ativos líquidos identificáveis de NCB na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2010
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.614.662
Participação de acionista não controlador	47,56%
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.243.533

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Ganho por compra vantajosa

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de NCB, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente um ganho por compra vantajosa, no montante de R\$453.569, reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica Outras despesas operacionais, e demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB	(917.699)
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(1.243.394)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>2.614.662</u>
Ganho por compra vantajosa resultante na aquisição do controle de NCB	<u>453.569</u>

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de contabilidade, normatizada pelo CPC 15 e IFRS 3R, a participação de 47% no capital social de Globex, cedido a CB como contraprestação total transferida, deve ser mensurado a valor justo na data da combinação de negócios. Ainda na referida norma, esta mensuração a valor justo deve ser orientada por determinada hierarquia, a qual requer que, na existência de cotação de ações em mercado organizado, sendo estas transacionadas regularmente, por partes independentes e conhecedoras da atividade, o valor da cotação da referida ação deverá ser a informação a ser utilizada para a mensuração do valor justo do investimento cedido como parte da contraprestação total transferida.

Dessa forma, na utilização da cotação das ações ordinárias de Globex, na determinação da contraprestação total transferida, o ganho por compra vantajosa foi apurado e devidamente reconhecido nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia--Continuação

Ganho por compra vantajosa--Continuação

O referido ganho obtido justifica-se para a CB principalmente em função dos desdobramentos futuros extremamente positivos advindos dessa associação com o GPA. Essa associação permitirá à NCB melhores acessos a financiamentos e sinergias em todas as áreas, tais como: comercial, logística, administrativa e financeira, dentre outras.

Adicionalmente, a associação com a CB colocará a Globex num novo patamar de negócios, permitindo maior cobertura nacional, ganhos de escala e outros benefícios a serem convertidos em favor dos clientes e colaboradores, que resultarão possivelmente em uma rentabilidade futura mais atraente, com a conseqüente valorização das ações pertencentes à CB. Com participação de 47% na Globex, a CB continuará participando ativamente na operação, seja na Administração direta ou através do Conselho de Administração.

Mensuração subsequente – alocação provisional do preço de compra

A aquisição de controle da NCB foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o IFRS 3R e CPC 15. A Companhia não obteve uma avaliação final do valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a fim de concluir a avaliação do ganho por compra vantajosa, referente à aquisição de controle de NCB.

Em cumprimento ao IFRS 3R e CPC 15, a Companhia irá concluir a coleta de dados e a avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos e da contraprestação transferida durante 2011 nos 12 meses a contar da data da combinação de negócios.

Os custos da transação, no total de R\$100.100, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica outras despesas operacionais.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos(i) Composição da dívida

	Nota	Controladora	
		31.03.2011	31.12.2010
Debêntures			
Debêntures	17c	508.049	523.574
Contratos de swap	17a	625	598
Custo de captação		(3.239)	(3.497)
		<u>505.436</u>	<u>520.675</u>
Em moeda local			
BNDES	17b	52.392	39.099
Arrendamentos financeiros	20	19.834	20.789
Contratos de swap	17a	-	(3)
Custo de captação		(4.538)	(4.525)
Antecipação de Recebíveis		-	249.997
		<u>67.688</u>	<u>305.357</u>
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	17 ^a	359.066	366.592
Contratos de swap	17 ^a	55.665	35.778
Custo de captação		(328)	(372)
		<u>414.404</u>	<u>401.998</u>
Total circulante		<u><u>987.528</u></u>	<u><u>1.228.030</u></u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação(i) Composição da dívida--Continuação

	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Debêntures			
Debêntures	17c	508.049	523.574
Contratos de swap	17a	625	598
Custo de captação		(3.239)	(3.497)
		<u>505.436</u>	<u>520.675</u>
Em moeda local			
BNDES	17b	91.710	80.905
Capital de giro	17a	1.841.986	1.604.525
Arrendamentos financeiros	20	65.425	71.277
Contratos de swap			(439)
Custo de captação		(6.788)	(6.770)
Antecipação de recebíveis		-	249.997
		<u>1.992.333</u>	<u>1.999.495</u>
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	17ª	815.561	414.140
Contratos de swap	17ª	120.040	43.856
Custo de captação		(830)	(661)
		<u>934.770</u>	<u>457.335</u>
Total circulante		<u><u>3.432.539</u></u>	<u><u>2.977.505</u></u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação**(i) Composição da dívida--Continuação**

	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u>	
		<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Debêntures			
Debêntures	17d	1.458.310	1.075.538
Custo de captação		<u>(7.311)</u>	<u>(8.066)</u>
		<u>1.450.999</u>	<u>1.067.472</u>
Em moeda local			
BNDES	17b	376.729	358.053
Capital de giro	17a	1.013.870	703.049
Arrendamentos financeiros	20	61.538	66.129
Contratos de swap	17a	19.603	7.967
Custo de captação		<u>(8.358)</u>	<u>(9.486)</u>
		<u>1.463.384</u>	<u>1.125.712</u>
Em moeda estrangeira			
Capital de giro	17a	291.113	296.147
Contratos de swap	17a	48.865	35.055
Custo de captação		<u>(353)</u>	<u>(426)</u>
		<u>339.625</u>	<u>330.776</u>
Total não circulante		<u><u>3.254.007</u></u>	<u><u>2.523.960</u></u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação(i) Composição da dívida--Continuação

	<u>Nota</u>	<u>Consolidado</u>	
		<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Debêntures			
Debêntures	17d	1.458.310	1.075.538
Custo de captação		<u>(7.311)</u>	<u>(8.066)</u>
		<u>1.450.999</u>	<u>1.067.472</u>
Em moeda local			
BNDDES	17b	391.576	381.519
IBM		10.217	11.917
Capital de giro	17a	1.372.126	1.073.135
FIDCs	10	2.345.994	2.280.517
Arrendamentos financeiros	20	89.709	101.097
Contratos de swap	17a	21.471	8.134
Custos de captação		<u>(10.584)</u>	<u>(12.272)</u>
		<u>4.220.510</u>	<u>3.844.047</u>
Em moeda estrangeira			
BNDDES	17b		-
Capital de giro	17a	391.509	617.826
Contratos de swap	17a	60.538	63.059
Custo de captação		<u>(362)</u>	<u>(468)</u>
		<u>451.685</u>	<u>680.417</u>
Total não circulante		<u>6.123.194</u>	<u>5.591.936</u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação(ii) Vencimento de longo prazo

Ano	Controladora	Consolidado
De 13 a 24 meses	75.839	1.331.715
De 25 a 36 meses	1.022.030	2.633.280
De 37 a 48 meses	1.645.837	1.646.305
De 49 a 60 meses	144.888	140.746
Mais de 60 meses	381.434	389.405
Sub-total	3.270.028	6.141.451
Custo de captação	(16.021)	(18.257)
Total	3.254.007	6.123.194

a) *Financiamento do capital de giro*

Obtido de bancos locais, com finalidade principal de financiar o capital de giro da Companhia. Os empréstimos não têm garantia.

			Controladora		
			Taxa	31.03.2011	31.12.2010
Dívida					
<u>Moeda local</u>					
Brasil	CDI	12,0%		1.013.870	703.049
				1.013.870	703.049
<u>Moeda estrangeira</u>					
ABN AMRO	YEN	1,69%		124.068	129.154
Santander	USD	5,94%		234.998	237.438
Itau BBA	USD	4,06%		291.113	296.147
				650.179	662.739
Contratos de swap					
ABN AMRO	CDI	101,8%		(10.158)	(17.037)
Santander	CDI	101,6%		65.824	52.814
Itau BBA	CDI	100,0%		48.865	35.055
Brasil	CDI	103,5%		19.604	7.964
				124.135	78.797
				1.788.184	1.444.585

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação(ii) Vencimento de longo prazo--Continuaçãoa) *Financiamento do capital de giro--Continuação*

		Taxa	Consolidado	
			31.03.2011	31.12.2010
Dívida				
<u>Moeda local</u>				
Brasil	CDI	12,0%	1.392.589	1.310.708
Santander	CDI		276.860	190.317
Itaú Unibanco	CDI	1,5%	24	15
Safra	CDI		655.780	540.362
Bradesco	CDI		887.714	620.407
HSBC	CDI			4.811
Alfa	CDI	1,5%	1.143	11.040
			<u>3.214.110</u>	<u>2.677.660</u>
<u>Moeda estrangeira</u>				
ABN AMRO	YEN	4,92%	247.951	252.556
Santander	USD	5,94%	333.436	337.693
Bradesco	USD		63.807	
Itaú BBA	USD	4,06%	291.113	296.147
Brasil	YEN		270.763	145.571
			<u>1.207.070</u>	<u>1.031.967</u>
Contratos de swap				
ABN AMRO	CDI	104,2%	17.952	4.188
Santander	CDI	101,6%	80.205	56.560
Itaú BBA	CDI	100,0%	48.865	35.055
Bradesco	CDI		2.632	-
Brasil	CDI	103,6%	52.394	18.808
			<u>202.048</u>	<u>114.612</u>
			<u>4.623.230</u>	<u>3.824.239</u>

A Companhia usa operações de swap para trocar obrigações em dólares norte-americanos e em Yen e taxas de juros fixas para o Real brasileiro atrelado à taxa de juros (flutuante) do CDI. A Companhia contrata operações de swap com a mesma contraparte mesma moeda e mesma taxa de juros. A taxa de referência anual do CDI em 31 de março de 2011 era de 10,37% (9,87% em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças no montante de R\$37.346 dados em garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao Banco IBM e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Vencimento de longo prazo--Continuação

a) *Financiamento do capital de giro*--Continuação

Dentro de capital de giro, existem o saldo de R\$ 1.920.148 referente a subsidiária NCB, os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais em moeda local e moeda estrangeira e operações de vendor. Vendor é uma operação de financiamento de vendas baseadas em cessão de crédito, firmadas em contratos com fornecedores junto às instituições financeiras, que permitem aos fornecedores venderem seus produtos a prazo e receber à vista. A taxa utilizada pela Companhia é de até 1,5% a.m e prazos máximos de até 60 dias.

A Companhia assinou notas promissórias e cartas de fianças no montante equivalente aos empréstimos e financiamentos junto ao Banco IBM e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES).

Referem-se aos Empréstimos de CDCI, oriundos dos montantes financiados aos clientes da subsidiária NCB, com vendas realizadas e prestações mensais. Os encargos financeiros estão com taxa média de 12,14% ao ano sobre as quais a subsidiária possui coobrigação com as instituições financeiras, garantidos por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

b) *Linha de crédito do BNDES*

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, ou são denominados com base em uma cesta de moedas estrangeiras, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES, mais taxa de juros anuais fixos. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado abaixo.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) manter um índice de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) igual ou maior que 1,05. A Companhia controla e monitora esses índices.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de março de 2011, a Companhia estava em cumprimento com as cláusulas supramencionadas.

<u>Controladora</u>				
<u>Encargos financeiros anuais</u>	<u>Número de parcelas mensais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
TJLP + 3,2%	60	Nov/12	55.077	63.339
TJLP + 2,7%	60	Nov/12	7.956	9.150
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	40.000	40.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	41.000	41.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	98.987	98.663
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	45.000	45.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	100.000	100.000
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	20.000	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	11.100	-
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	10.000	-
			429.121	397.152

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação(ii) Vencimento de longo prazo—Continuaçãob) *Linha de crédito do BNDES*--Continuação

<u>Consolidado</u>		Número de parcelas mensais	Vencimento	31.03.2011	31.12.2010
Encargos financeiros anuais					
TJLP + 3,2%	60	Nov/12	55.077	63.339	
TJLP + 2,7%	60	Nov/12	7.956	9.150	
TJLP + 4,5%	1	Jan/11		149	
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	6.464	8.889	
TJLP + 2,3%	11	Nov/11	690	1.109	
TJLP + 2,3%	11	Mai/12	3.672	4.459	
TJLP + 2,3%	30	Jun/13	37.897	43.591	
TJLP + 2,8%	11	Nov/11	3.042	4.183	
TJLP + 2,8%	17	Mai/12	2.244	2.725	
TJLP + 4,5%	48	Dez/14	157	169	
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	40.000	40.000	
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	41.000	41.000	
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	98.987	98.663	
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	45.000	45.000	
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	100.000	100.000	
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	20.000		
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	11.100		
TJLP + 4,5%	60	Dez/16	10.000		
			483.286	462.424	

c) *Quotas do PAFIDC resgatáveis*

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas sênior como "Empréstimos e financiamentos".

d) *Debêntures*

<u>Controladora e Consolidado</u>						
	Tipo	Debêntures em circulação	Encargos financeiros anuais	Preço unitário	31.03.2011	31.12.2010
6ª emissão 1ª série	Sem preferência	54.000	CDI + 0,5%	10.458	363.293	559.195
6ª emissão 2ª série	Sem preferência	23.965	CDI + 0,5%	10.458	161.228	248.169
7ª emissão 1ª série	Sem preferência	200	119% do CDI	1.056.320	243.412	234.979
8ª emissão 1ª série	Sem preferência	500	CDI	1.003.959	571.864	555.772
	Swap de taxa de juros	-	104,96% do CDI	-	625	598
6ª emissão 1ª e 2ª séries		610	CDI 109,5%	1.027.153	626.564	598
9ª emissão 1ª série					(10.551)	(11.564)
Custo de captação						
Circulante e não circulante					1.956.435	1.588.147
Passivo não circulante					1.450.999	1.067.472
Passivo circulante					505.436	520.675

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Vencimento de longo prazo--Continuação

d) *Debêntures--Continuação*

(i) Movimentação das debêntures em circulação

	<u>Quantidade de debêntures</u>	<u>Valor</u>
Em 31 de Dezembro de 2010	777.965	1.588.147
Juros e Swap pagos	-	(42.534)
Juros líquidos de pagamentos e swap	-	(199.177)
9º Emissão de Debentures	610.000	610.000
Em 31 de março de 2011	<u>1.387.965</u>	<u>1.956.435</u>

(ii) Informações adicionais

6ª emissão – Em 27 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 77.965 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$779.650. As debêntures emitidas dentro do escopo da 6.a emissão têm as seguintes características:

Duas séries: 54.000 e 23.965 debêntures foram emitidas na primeira e na segunda séries, respectivamente.

Classe e Conversibilidade: não convertíveis em ações emitidas pela Companhia.

Tipo: sem garantia.

Data de emissão: 1º de março de 2007.

Prazo e vencimento: 72 (setenta e dois) meses, vencendo assim em 1º de março de 2013.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Vencimento de longo prazo--Continuação

d) Debêntures--Continuação

(ii) Informações adicionais

Remuneração: taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais *spread* anual de 0,5%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 1º de março e 1º de setembro de cada ano.

Amortização: a ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais: 1º de março de 2011; 1º de março de 2012, e 1º de março de 2013. Em cada data de pagamento da amortização, 25.988 debêntures serão pagas.

Garantia: não garantido.

Resgate Antecipado Opcional: no 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar parcial ou totalmente, antecipadamente, as debêntures pagando: (i) o Valor Nominal Unitário, calculado "pro rata temporis" da data de emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, quando aplicável, até a data do seu pagamento efetivo; ou (ii) o reembolso do prêmio correspondente a, no máximo, 1,5%, calculado *pro rata temporis*, diminuindo conforme a passagem do tempo. O resgate parcial, se aplicável, poderá ocorrer por saque, de acordo com o art. 55, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com outras normas aplicáveis.

Índices financeiros: calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido;

(ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de março de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Vencimento de longo prazo--Continuação

d) *Debêntures*--Continuação

(ii) Informações adicionais--Continuação

Utilização dos fundos: os fundos arrecadados através das séries da 6.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e para pagar dívidas de curto prazo.

7ª emissão – em 8 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de uma oferta restrita de 200 debêntures não-conversíveis, no valor total de R\$200.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 7ª emissão têm as seguintes características:

Série: única.

Classe e Conversibilidade: nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.

Tipo: sem garantia.

Data de emissão: 15 de junho de 2009.

Prazo e vencimento: 720 (setecentos e vinte) dias após a data de emissão, vencendo, portanto, em 5 de junho de 2011.

Remuneração: 119% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como “over extra group”, expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.

Amortização: amortização em uma única parcela na data de vencimento.

Resgate Antecipado: não aplicável.

Garantia: não garantido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Vencimento de longo prazo--Continuação

d) *Debêntures*--Continuação

(ii) Informações adicionais--Continuação

Índices financeiros: calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia havia atendido todos esses índices.

Utilização dos fundos: os fundos arrecadados através da 7ª emissão deverão ser usados exclusivamente pela Companhia para aquisição de produtos agrícolas e rurais junto aos seus fornecedores que forem produtores agrícolas e/ou cooperativas listados no respectivo Instrumento de Emissão dentre de um prazo não excedente a 5 (cinco) meses a partir da data de emissão a serem vendidos nos estabelecimentos da Companhia.

8ª emissão – Em 4 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 500 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$500.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 8ª emissão têm as seguintes características:

Série: única.

Classe e Conversibilidade: nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.

Tipo: sem garantia.

Data de emissão: 15 de dezembro de 2009.

Prazo e vencimento: 60 (sessenta) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

(ii) Vencimento de longo prazo--Continuação

d) *Debêntures*--Continuação

(ii) Informações adicionais--Continuação

Remuneração: 109,5% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP. A Remuneração será paga a partir do 36º (trigésimo sexto) mês após a data de emissão, nas datas seguintes: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014; e (v) na Data de Vencimento, 15 de dezembro de 2014.

Amortização: o valor nominal unitário das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014. Em cada data, 1/5 (um quinto) do valor nominal unitário das debêntures (R\$1.000.000) será pago.

Resgate Antecipado: a Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Garantia: não garantido.

Índices financeiros: calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidada da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de março de 2011, a Companhia havia atendido todos esses índices.

Utilização dos fundos: os fundos arrecadados através da 8ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) *Debêntures*--Continuação

(ii) Informações adicionais--Continuação

9ª emissão – Em 5 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 610 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$610.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 9ª emissão têm as seguintes características:

Série: única.

Classe e Conversibilidade: nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.

Tipo: sem garantia.

Data de emissão: 05 de janeiro de 2011.

Prazo e vencimento: 36 (trinta e seis) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 05 de janeiro de 2014.

Remuneração: 107,75% de taxa média diária de Depósitos Interbancários (DI) de um dia, conhecidos como “over extra group”, expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.

Amortização: o valor nominal unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debêntures será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.

Resgate Antecipado: a Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Garantia: não garantido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos--Continuação

d) *Debêntures*--Continuação

(ii) Informações adicionais--Continuação

Índices financeiros: calculados com base nas informações contábeis intermediárias consolidada da Companhia preparados em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de março de 2011, a Companhia estava em dia com todos esses índices.

Utilização dos fundos: os fundos arrecadados através da 9ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.

18. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros para sustentar a sua estratégia de crescimento. As operações com derivativos têm o objetivo exclusivo de reduzir a exposição à flutuação cambial e aos riscos da taxa de juros e manter uma estrutura de capital equilibrada.

Os instrumentos financeiros foram apresentados conforme os CPCs 38 e 39 (IAS 39 e 32). Os principais instrumentos financeiros e os seus valores por categoria são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	1.941.991	1.757.576	1.941.991	1.757.576
Recebíveis e FIDC	592.372	1.050.769	592.372	1.050.769
Partes relacionadas líquidas	668.689	290.736	668.689	290.736
Fornecedores	(2.048.273)	(2.219.699)	(2.048.273)	(2.219.699)
Empréstimos e financiamentos	(2.203.728)	(2.163.843)	(2.220.099)	(2.163.843)
Debêntures	(1.956.435)	(1.588.147)	(1.792.158)	(1.580.328)
Exposição líquida	(3.005.384)	(2.872.608)	(2.857.478)	(2.864.789)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Caixa e equivalentes de caixa	3.587.926	3.817.994	3.587.926	3.817.994
Aplicações financeiras	369.249	608.002	369.249	608.002
Recebíveis e FIDC	4.836.082	4.658.864	4.836.082	4.658.864
Partes relacionadas, líquidas	123.360	(98.050)	123.360	(98.050)
Fornecedores	(4.864.379)	(5.306.349)	(4.864.379)	(5.306.349)
Empréstimos e financiamentos	(7.451.123)	(6.981.293)	(7.467.494)	(6.981.293)
Debêntures	(1.956.435)	(1.588.147)	(1.792.158)	(1.580.328)
Exposição líquida	(5.355.320)	(4.888.979)	(5.207.414)	(4.881.160)

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a apenas uma única instituição financeira, e a levar em consideração os limites monetários e as classificações de crédito de instituições financeiras, que são frequentemente atualizadas (Nota 7).
- Recebíveis: a Companhia vende diretamente para clientes individuais através de cheques pré-datados, em uma pequena parte das vendas 0,13% no trimestre findo em 31 de março de 2011. (0,27% em 31 de março de 2010).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas e vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são quase sempre destinadas ao PAFIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Nota 10).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia está sujeita a um alto risco de taxa de juros em razão das dívidas relacionadas ao CDI. Os saldos de aplicações financeiros indexados pelo CDI compensam parcialmente esse efeito.

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia está exposta às flutuações na taxa de câmbio, que podem aumentar o saldo do passivo relativo a empréstimos feitos em moeda estrangeira. Assim, a Companhia celebra contratos de swap para se garantir contra a variação no câmbio decorrente de empréstimos feitos em moeda estrangeira.

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos da Companhia contratados antes de 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de swap de dívidas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos e Yen japoneses) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para Real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$ 3.400.941 e R\$ 2.760.149 em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro 2010. Esses instrumentos são contratados nos mesmos termos financeiros e com a mesma instituição financeira, dentro dos limites aprovados pela Administração, e (ii) os contratos de swap restantes são primariamente relativos a debêntures e empréstimos do BNDES, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com a política de tesouraria da Companhia, swaps com operações *cap* não são permitidas, assim como cláusulas de devolução, índice duplo, opções flexíveis ou qualquer outro tipo de opção diversa das swaps tradicionais, para fins especulativos ao invés de proteção.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia--Continuação

(iv) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

Outros instrumentos marcados pelo valor justo tiveram o efeito de R\$ (8.830) e R\$ 2.525 na rubrica de resultado financeiro na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, respectivamente.

(v) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de março de 2011.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Empréstimos e financiamentos	4.241.535	3.751.990	9.555.733	8.569.441
(-) Caixa equivalente de caixa	(1.941.991)	(1.757.576)	(3.587.926)	(3.817.994)
Dívida Líquida	2.299.544	1.994.414	5.967.807	4.751.447
Patrimônio Líquido	6.106.434	7.098.589	6.106.434	9.583.770
Patrimônio Líquido e Dívida Líquida	8.405.978	9.093.003	12.074.241	14.335.217

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

(v) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

O valor justo é calculado pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas da BM&F Bovespa e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para swap publicadas pela BM&F Bovespa.

Valores justos de swaps – o câmbio do Dólar e taxa fixa de cupom para a projeção do CDI foi obtido utilizando-se taxas de câmbio prevalecentes no mercado nas datas de balanço patrimonial e taxas projetadas pelo mercado obtidas através de curvas de cupom cambial. De modo a determinar as posições indexadas de cupom cambial, foi adotada a convenção linear de 360 dias consecutivos, e para determinar o cupom das posições indexadas à CDI, foi adotada a convenção exponencial de 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

Abaixo está uma tabela de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração.

A Companhia avaliou o cenário mais provável a cada data de vencimento do contrato, utilizando a projeção de mercado da BM&F BOVESPA para taxas de câmbio e taxas de juros. O cenário razoavelmente possível é usado pela Companhia para avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários II e III, a Companhia assume uma piora de 25% (cenário II) e de 50% (cenário III – cenário de situação extrema) na projeção de mercado para taxas de câmbio e de juros.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos derivativos e os instrumentos financeiros correspondentes na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa pré-fixada	Aumento da taxa	(973.501)	(1.044.853)	(1.111.533)
Swap (posição ativa a taxa pré-fixada)	Aumento da taxa	967.345	1.036.780	1.101.379
	Efeito líquido	<u>(6.156)</u>	<u>(8.073)</u>	<u>(10.154)</u>
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(968.630)	(968.630)	(962.664)
Efeito líquido total		<u>-</u>	<u>(1.918)</u>	<u>1.968</u>

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

(ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida - USD	Aumento do USD	(1.248.832)	(1.561.040)	(1.873.248)
Swap (posição ativa em USD)	Aumento do USD	1.255.830	1.569.788	1.883.747
	Efeito líquido	6.998	8.748	10.499
Dívida - YEN	Aumento do YEN	(134.295)	(167.869)	(201.443)
Swap (posição ativa em YEN)	Aumento do YEN	134.295	167.869	201.443
	Efeito líquido	-	-	-
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(1.271.966)	(1.281.906)	(1.292.169)
Efeito líquido total		(382.525)	(8.190)	(16.702)

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Swap (posição vendida em USD)	Queda do USD	989.318	1.032.415	1.074.978
Swap (posição comprada em CDI)	Aumento do CDI	(989.298)	(1.034.550)	(1.079.264)
	Efeito líquido	20	(2.135)	(4.286)
Efeito líquido total		20	(2.135)	(4.286)

(iii) *Outros instrumentos financeiros*

Transações	Risco	Saldo em 31 de março de 2011	Projeções de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos:					
Debêntures:					
6ª emissão	100,05% do CDI	807.364	909.580	1.033.307	1.200.943
7ª emissão	119,00% do CDI	235.977	314.791	423.440	582.728
8ª emissão	109,50% do CDI	555.772	682.206	844.408	1.069.285
9ª emissão	107,75% do CDI	610.000	748.772	926.800	1.173.619
Total Debêntures		2.209.112	2.655.349	3.227.955	4.026.575
PAFIDC (quotas seniores)	109,5% do CDI	1.096.130	1.290.200	1.531.330	1.859.452
Exposição total a empréstimos e financiamentos		3.305.242	3.945.549	4.759.285	5.886.027
Aplicações financeiras (*)	100,60% do CDI	4.094.969	4.618.003	5.251.396	6.109.415
Exposição líquida total (e deterioração comparada com o Cenário I)		789.727	(117.273)	(180.343)	(449.066)

(*) média ponderada

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Premissas sobre sensibilidade

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&F na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados no valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (itens cobertos por hedge) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

O efeito líquido total dos cenários acima mencionados é basicamente devido à exposição da Companhia ao CDI.

A Companhia detém, na sua subsidiária Globex, em 31 de março de 2011, um valor de R\$16.046 (US\$ 9.857 mil) relativo aos saldos de caixa em bancos.

b) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

	<u>31 de março de 2011</u>	<u>Outras premissas significativos observáveis (Nível 2)</u>
Swaps de taxa de juros entre moedas	(177.824)	(177.824)
Swaps de taxas de juros	(11.130)	(11.130)
	<u>(188.954)</u>	<u>(188.954)</u>

Caixa e equivalente de caixa são classificadas dentro no Nível 2 e o valor justo é estimado com base em relatórios de corretoras que fazem uso de preços de mercado cotados para instrumentos similares.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensurações de valor justo--Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na Nota 18 (a) (v) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A Companhia não tem ativos ou passivos em aberto nos quais o valor justo poderia ser mensurado utilizando-se preços baseados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível1) e informações significativas não observáveis (Nível 3) em 31 de março de 2011.

Em 31 de março de 2011, a posição dos derivativos foi apresentada da seguinte forma:

Descrição	Contrapartes	Notional	Data da Contratação	Vencimento	Valor a Pagar ou a receber		Valor Justo	
					31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
<i>Em abertos</i>								
Swap cambiais registrados na CETIP (JPY x CDI)	ABN AMRO	YEN 6.281.550	30/10/2007	31/10/2011	10.957	19.005	10.158	17.037
Swap cambiais registrados na CETIP (USD x CDI)	Santander	US\$ 40.000	21/11/2007	29/4/2011	(22.716)	(19.263)	(22.121)	(17.841)
		US\$ 40.000	21/11/2007	31/5/2011	(22.716)	(19.259)	(21.947)	(17.611)
		US\$ 40.000	21/11/2007	30/6/2011	(22.716)	(19.238)	(21.755)	(17.362)
		US\$ 57.471	16/4/2010	10/4/2013	(13.028)	(9.121)	(13.889)	(3.746)
	ABN AMRO	US\$ 40.000	14/3/2008	2/3/2012	(18.709)	(15.284)	(17.355)	(13.146)
		US\$ 15.000	14/3/2008	20/12/2011	(7.034)	(5.749)	(6.612)	(5.008)
		US\$ 10.000	14/3/2008	20/12/2011	(4.474)	(3.631)	(4.143)	(3.071)
	Brasil	US\$ 84.000	31/3/2010	12/3/2012	(25.448)	(19.317)	(25.180)	(11.113)
	Bradesco	US\$ 38.892	7/1/2011		(2.630)	-	(2.323)	-
	Banco do Brasil 2	US\$ 78.500	9/2/2011		(3.751)	-	(3.792)	-
	Itaú	US\$ 175.000	1/7/2010	7/9/2013	(50.662)	(37.229)	(48.865)	(35.055)
Swap Taxa de Juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)	Banco do Brasil (*)	R\$ 117.000	23/12/2010	24/12/2013	194	29	(3.173)	(1.253)
		R\$ 33.000	23/12/2010	24/12/2012	83	11	(95)	(95)
		R\$ 160.000	23/12/2010	14/1/2013	399	52	(513)	(513)
		R\$ 35.000	23/12/2010	28/02/2013	84	11	(154)	(154)
						461	-	437
		R\$ 80.000	28/6/2010	12/6/2013	493	404	(847)	(847)
		R\$ 130.000	28/6/2010	6/6/2014	676	575	(2.190)	(2.190)
		R\$ 130.000	28/6/2010	2/6/2015	580	511	(2.915)	(2.911)
		R\$ 200.000	31/3/2010	7/3/2013	2.751	2.627	(825)	362
	Unibanco	R\$ 779.650	25/6/2007	1/3/2013	(14)	(6)	625	(598)
	Santander	R\$ 50.000	28/6/2010	12/6/2013	331	297	(1.043)	(531)
					Total		(188.954)	(115.210)

(*) Prorrogação de Contratos

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais

O processo de estimativa da provisão para demandas judiciais é efetuado pela Administração com o suporte dos seus assessores jurídicos. A provisão para demandas judiciais foi constituída em montante suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis pelos assessores jurídicos da Companhia e está demonstrada líquida de depósitos judiciais correlacionados, conforme abaixo:

	Controladora				Total
	COFINS e PIS	Outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	34.842	38.683	-	32.972	106.497
Adições	-	213.891	27.433	2.340	243.665
Reversão / pagamento	-	(9.517)	(23.735)	(9)	(33.261)
Atualização monetária	3.101	3.919	6.945	6.727	20.690
Depósitos judiciais	-	(25)	(10.643)	(66)	(10.734)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	37.943	246.951	-	41.964	326.857
Adições	-	5.414	3.549	44	9.007
Reversão / pagamento	-	(23.789)	(2.928)	(614)	(27.331)
Atualização monetária	889	5.999	1.969	1.547	10.404
Depósitos judiciais	-	(10)	(2.590)	-	(2.598)
Saldo em 31 de março de 2011	38.832	234.565	0	42.941	316.339

	Consolidado				Total
	COFINS e PIS	Outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	161.391	251.064	45.892	119.996	578.343
Adições	5.640	224.918	43.859	23.989	298.406
Reversão / pagamento	-	(26.618)	(50.727)	(14.134)	(91.479)
Transferência	-	9.745	(264)	(9.481)	-
Atualização monetária	8.601	8.283	10.904	10.295	38.083
Parcelamento da Lei 11.941/09	(71.164)	(10.610)	-	-	(81.774)
Combinação de negócios - Globex	-	(20.140)	1.744	1.205	(17.191)
Depósitos judiciais	-	1.419	(23.834)	(4.167)	(26.582)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	104.468	438.061	27.574	127.703	697.806
Adições	2.235	12.839	10.994	644	26.712
Reversão / pagamento	(2.168)	(59.052)	(9.739)	(5.167)	(76.126)
Transferência	(555)	8.679	12.155	(20.279)	-
Atualização monetária	3.393	23.825	3.463	3.020	33.701
Depósitos judiciais	(1.861)	(1.514)	(3.200)	-	(6.575)
Saldo em 31 de março de 2011	105.512	422.838	41.246	105.921	675.517

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais--Continuação

a) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 9,98% em 31 de março de 2011 (9,37% em 2010), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Com relação ao débito referente à majoração de alíquota da Cofins, a Companhia ingressou com ação judicial para requerer a exclusão da multa de mora na dívida consolidada do parcelamento federal, instituído pela Lei n. 11.941/08. Além disso, uma controlada da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e Cofins com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 31 de março de 2011 é de R\$105.512 (R\$104.468 em 31 de dezembro de 2010).

Outros

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São eles: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2010; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro (transferido de outras demandas cíveis neste ano) e (iv) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 31 de março de 2011 para esses assuntos é de R\$62.715 (R\$55.519 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais--Continuação

a) Tributárias -- Continuação

Outros -- Continuação

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS.

O montante provisionado em 31 de março de 2011 é de R\$32.536 (R\$31.088 em 31 de dezembro de 2010), tendo sido efetuado depósito judicial de R\$9.668 (R\$9.644 em 31 de dezembro de 2010).

Devido ao andamento processual de certas causas os assessores legais da Companhia alteraram a estimativa de perda de possível para provável, reconhecendo em 31 de março de 2011 o montante de R\$181.772 (R\$198.621 em 31 de dezembro de 2010).

Dentro desse valor encontram-se discussões no âmbito judicial e administrativo, em esferas federal e estadual, bem como discutidas em diversos estados em que a empresa possui atuação.

As contingências decorrem de questionamentos relacionados a compensações de saldo negativo, prejuízo fiscal e comprovação de créditos validados por medida judicial de empresas incorporadas, bem como créditos e/ou procedimentos administrativos adotados pela Companhia contestados em relação à apropriação de créditos de ressarcimento de ICMS de substituição tributária, aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da secretaria da fazenda estadual, devoluções de mercadorias em suas lojas, erro em aplicação de alíquota, obrigações acessórias pelos fiscos estaduais.

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Globex de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. A Companhia reavaliou as causas da Globex na data base da aquisição por CBD (6 de julho de 2009) e reconheceu em 31 de março de 2011 o montante de R\$ 155.483 (R\$159.244 em 31 de dezembro de 2010) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados se referem a R\$ 70 milhões de processo administrativo relativo a compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em função de créditos advindos de processos judiciais, e R\$ 51 milhões referentes a compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais--Continuação

b) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de março de 2011, a Companhia mantinha uma provisão de R\$106.814 (R\$88.078 em 31 de dezembro de 2010), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável; a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possíveis no montante de R\$84.601 (R\$92.730 em 31 de dezembro de 2010). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR") (0,86% acumulada no período findo em 31 de março de 2011 e 0,69% em 2010) acrescidos de juros mensais de 1%. O saldo da provisão líquida de depósitos judiciais vinculados é de R\$22.765 (R\$6.809 em 2010).

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam R\$18.481 (R\$20.765 em 31 de dezembro de 2010)

c) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações em que se pede a revisão dos valores dos aluguéis pagos pelas lojas. Nestas ações, é fixado pelo juiz um valor provisório de aluguel, o qual passa a ser pago pelas lojas, até que se defina, em laudo e sentença, o valor final da locação. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e o definido provisoriamente nestas ações. Em outras ações, a Companhia constitui provisão da diferença entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele pleiteado pela parte contrária da ação, baseado em laudo do assistente técnico da parte contrária. Em 31 de março de 2011, o montante da provisão para essas ações é de R\$33.658 (R\$33.349 em 31 de dezembro de 2010), para as quais não há depósitos judiciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais--Continuação

- A subsidiária Globex é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$36.076 em 31 de março de 2011 (R\$35.084 em 31 de dezembro de 2010). Nestes valores, destacamos uma Ação Indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços (Transmelhado), decorrente de rescisão contratual, que concentra o montante de R\$9.317 em 31 de março de 2011 (R\$8.990 em 31 de dezembro de 2010).
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Globex de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam R\$11.007 (R\$10.745 em 31 de dezembro de 2010).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de março de 2011 são de R\$105.921, já líquidos dos depósitos judiciais (R\$127.703 em 31 de dezembro de 2010).

d) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, em 31 de março de 2011, como segue:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível corresponde a R\$ 239.354 em 31 de março de 2011 (R\$ 237.690 em 31 de dezembro de 2010). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, IRRF e CSLL- A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões e divergências de recolhimentos divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$ 283.135 em 31 de março de 2011 (R\$ 255.393 em 31 de dezembro de 2010). A diferença de valor se justifica em razão de novos processos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais--Continuação

- COFINS, PIS e CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$ 729.123 (R\$ 722.322 em 31 de dezembro de 2010).
- ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da secretaria da fazenda estadual, (iii) devoluções de mercadorias em suas lojas e (iv) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, (v) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (vi) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, (vii) aquisição de produtos de informática e automação com benefício fiscal, (viii) diferença de classificação fiscal, dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$ 1.583.134 em 31 de março de 2011 (R\$1.488.728 em 31 de dezembro de 2010), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial. A diferença de valor se justifica em razão de novos processos novos.
- ISS, Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”), Imposto sobre transferência de bens imóveis (“ITBI”) e outras – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$ 152.812 (R\$ 140.046 em 31 de dezembro de 2010) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- *Outras demandas judiciais* – Referem-se a processos administrativos e a ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas (“IPEM”), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), totalizando R\$133.442 (R\$128.761 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Provisão para demandas judiciais--Continuação

- Na subsidiária Globex, os passivos contingentes de outras demandas judiciais com probabilidade de perdas consideradas possíveis e, que por isso não são provisionadas, totalizaram o montante de R\$22.066 em 31 de março de 2011 (R\$21.515 em 31 de dezembro de 2010). A diferença de valor se justifica em razão de reclassificação dos valores das causas tributárias da subsidiária Globex.

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídas no REFIS.

e) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrada em seu ativo, valores referentes a depósito judicial não vinculado a demandas judiciais no passivo.

f) Garantias

<u>Processos</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de Fiança</u>	<u>Total</u>
Tributários	738.283	1.662	1.456.588	2.196.533
Trabalhistas	6.156	3.177	68.248	77.581
Cíveis e outros	15.630	1.622	33.946	51.198
Total	760.070	6.460	1.558.782	2.325.312

g) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Operações de arrendamento mercantila) Compromissos e obrigações

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis				
Menos de 1 ano	277.632	289.907	476.507	489.000
De 1 ano a 5 anos	834.047	914.791	1.281.521	1.372.711
Mais de 5 anos	1.298.486	1.463.016	1.772.474	1.951.144
	<u>2.410.165</u>	<u>2.667.714</u>	<u>3.530.502</u>	<u>3.812.855</u>

A Companhia acredita que o pagamento de aluguel mínimo de arrendamento mercantil operacional não canceláveis, refere-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 6 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de março de 2011, o montante de multa seria de R\$119.127 (R\$ 116.741 em 31 de dezembro de 2010).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2010</u>
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	180.164	63.394	209.121	89.940

a) Compromissos e obrigações--Continuação(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos para o exercício findo em 31 de março de 2011 variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Operações de arrendamento mercantil -- Continuação**b) Arrendamento mercantil financeiro**

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$273.290 em março de 2011 (R\$ 311.737 em 2010), de acordo com a tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Passivo de arrendamento mercantil financeiro – pagamentos mínimos de aluguel				
Menos de 1 ano	19.834	20.789	58.495	64.467
De 1 a 5 anos	31.715	36.268	51.898	63.116
Mais de 5 anos	29.823	29.861	37.782	37.982
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	81.372	86.918	148.175	165.565
Encargos futuros de financiamento	106.653	115.458	125.115	127.183
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	188.025	202.376	273.290	292.747

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2010	31.03.2010	31.03.2010	31.03.2011
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	878	815	1.532	1.261

O prazo dos contratos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 varia entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a Lei de inquilinato (12.122/2010).

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Aluguéis mínimos	73.728	73.565	99.359	97.517
Aluguéis contingentes	9.293	2.903	226.573	64.420
Aluguéis de subarrendamento	(16.792)	(16.339)	(23.084)	(22.351)
	66.229	60.129	302.848	139.586

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

Em 3 de outubro de 2005, a Companhia vendeu 60 imóveis (28 hipermercados Extra e 32 supermercados Pão de Açúcar), cujo valor contábil líquido era de R\$1.017.575, para o Fundo Península (controlado pela Família Diniz), pelos quais a Companhia recebeu R\$1.029.000. Os imóveis vendidos foram alugados para a Companhia por um prazo de 25 anos, com possibilidade de renovação por mais dois períodos consecutivos de 10 anos cada. Como resultado dessa venda, a Companhia pagou R\$25.517, na data inicial do contrato de locação da loja, como uma quantia inicial para celebrar um contrato de longo prazo. A quantia inicial foi registrada em encargos diferidos e está sendo amortizada através do contrato de locação das lojas correspondentes.

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma "golden share", o que concedeu a ambos direito de veto para assegurar que os imóveis serão utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos aluguéis restantes, limitados a 12 meses.

21. Saldos e operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas mostradas abaixo são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições de mercado, exceto para operações de comissão mercantil entre a Companhia e a subsidiária Sendas cuja remuneração foi reduzida para 0% por período.

a) Vendas e compras de mercadorias

As transações com partes relacionadas, conforme a seguir apresentadas, são realizadas a custo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Saldos e operações com partes relacionadas--Continuaçãoa) Vendas e compras de mercadorias--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
<u>Cientes:</u>				
Novasoc Comercial	33.025	37.678	-	-
Sé Supermercados	79.568	94.321	-	-
Sendas Distribuidora	32.725	47.682	-	-
Barcelona	1.208	1.849	-	-
Xantocarpa	-	2	-	-
Globex	125	1.617	-	-
Ponto Frio.Com	5.826	6.023	-	-
	152.477	189.172	-	-
<u>Fornecedores:</u>				
Novasoc Comercial	1.763	2.289	-	-
Sé Supermercados	6.122	3.745	-	-
Sendas Distribuidora	6.489	11.530	-	-
Barcelona	1.489	2.131	-	-
Xantocarpa	343	752	-	-
FIC	4.958	7.242	6.112	8.879
Globex	117	853	-	-
Ponto Frio.Com	397	803	-	-
	21.678	29.345	6.112	8.879
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
<u>Vendas:</u>				
Novasoc Comercial	77.915	67.404	-	-
Sé Supermercados	185.164	199.949	-	-
Sendas Distribuidora	67.950	63.807	-	-
Barcelona	542	8.051	-	-
Globex	4	874	-	-
Ponto Frio.Com	7.349	-	-	-
	338.924	340.085	-	-
<u>Compras:</u>				
Novasoc Comercial	876	734	-	-
Sé Supermercados	4.676	2.678	-	-
Sendas Distribuidora	5.970	1.854	-	-
Barcelona	(9)	-	-	-
	11.513	5.266	-	-

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Saldos e operações com partes relacionadas--Continuação**b) Outras operações**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Outras Operações				
Ativo:				
Casino	6.065	5.519	6.065	5.519
Pão de Açúcar Ind. e Com	1.171	1.171	1.171	1.171
Sendas S/A	19.144	17.824	-	17.824
Sendas Distribuidora	648.436	564.208	-	-
Xantocarpa	14.961	3.916	-	-
Barcelona	103.055	178.909	-	-
Globex	7.203	8.570	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda.	-	-	104.696	120.605
Ponto Frio.Com	3.174	308	-	-
Vancouver	2.640	2.351	-	-
Wilkes	676	-	676	-
Outros	21.493	21.780	30.661	31.122
	828.018	804.556	143.269	176.241
Passivo:				
Novasoc Comercial	(11.039)	(34.867)	-	-
Sé Supermercados	(32.158)	(48.936)	-	-
Fundo Península	(11.892)	(14.410)	(12.265)	(14.894)
Barcelona	-	(324.350)	-	-
Globex	(95.543)	(79.689)	-	-
FIC	(4.348)	(5.320)	(4.401)	(6.886)
Casino	-	-	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda.	-	-	-	(231.203)
Outros	(4.349)	(6.246)	(3.243)	(21.308)
	(159.329)	(513.820)	(19.909)	(274.291)
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Resultado:				
Novasoc Comercial	2.116	2.011	-	-
Sé Supermercados	5.406	5.298	-	-
Sendas Distribuidora	14.022	9.338	-	-
Casino	(1.248)	(1.342)	(1.248)	(1.342)
Fundo Península	(34.195)	(33.641)	(35.793)	(34.681)
Grupo Diniz	(3.948)	(3.187)	(4.252)	(3.470)
Sendas S/A	-	(9.403)	(10.089)	(9.403)
Galeazzi e Associados	-	(758)	-	-
Casas Bahia Comercial Ltda	-	-	33.708	-
Globex adm. De Consorcio Ltda.	-	-	11.878	(5.143)
FIC/Banco Investcred	-	-	1.338	-
Outros	(2.101)	(5.904)	(2.100)	(5.905)
	(19.948)	(37.588)	(6.558)	(59.944)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Saldos e operações com partes relacionadas--Continuação

b) Outras operações--Continuação

Casino: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e a Casino em 21 de julho de 2005, pelo qual, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite-se a transferência de know-how no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por 7 anos, com renovação automática por prazo indeterminado. Este contrato foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de agosto de 2005.

Fundo Península: 58 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.

Família Diniz: Locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.

Sendas S.A.: Locação de 57 imóveis para a Sendas Distribuidora.

Galeazzi e Associados: Serviços de consultoria relativos à administração de operações na cidade do Rio de Janeiro (Sendas Distribuidora).

FIC/Banco Investcred: O impacto na demonstração do resultado relativa ao Banco Investcred representa: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infra-estrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"), e (iii) receitas de aluguel de imóveis.

E-HUB: Os antigos proprietários de E-Hub cederam 55% de sua participação nesta empresa, além do pagamento de R\$20.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2013, em troca de 6% da subsidiária PF.com. A GPA concedeu aos executivos um mútuo no valor de R\$10.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2018, devidamente reajustado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Saldos e operações com partes relacionadas--Continuação

b) Outras operações--Continuação

Casas Bahia: Globex tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos com os Administradores de Casas Bahia Comercial Ltda.

Outras: Despesas pagas pela Companhia as suas subsidiárias e a outras empresas associadas. Outras partes relacionadas não descritas nesta nota explicativa não apresentam saldos ou operações nos períodos.

22. Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009, foram as seguintes:

	31.03.2011	31.03.2010
Montantes registrados como despesas	<u>19.016</u>	<u>22.603</u>

Destes totais, 19% das despesas de 2011 e 25% das de 2010 se referem a pagamento baseado em ações (vide nota 25).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

Os valores a pagar são os seguintes:

	Controladora	
	31.03.2011	31.12.2010
Circulante		
PIS e COFINS a pagar	85.873	132.168
Provisão para impostos sobre o lucro	12.531	11.718
	98.404	143.886
Impostos parcelados		
Imp. Parc. Lei 11.941/09	60.785	-
INSS	30.668	36.017
CPMF	12.820	11.802
Outros	3.759	3.661
	108.032	51.480
Total circulante	206.436	195.366
Não circulante		
Impostos parcelados		
Programa de parcelamento especial de impostos	1.206.771	1.178.202
INSS	46.946	54.026
CPMF	17.006	17.703
Outros	18.883	19.315
	1.289.606	1.269.246
Total não circulante	1.289.606	1.269.246
Total	1.496.042	1.464.612

Os valores a pagar são os seguintes:

	Consolidado	
	31.03.2010	31.12.2010
Circulante		
PIS e COFINS a pagar	196.290	240.847
Provisão para impostos sobre o lucro	51.138	58.006
	247.428	298.853
Impostos parcelados		
Imp. Parc. Lei 11.941/09	61.054	970
INSS	30.253	36.013
CPMF	15.648	14.171
Outros	3.992	3.887
	110.947	55.041
Total circulante	358.375	353.894
Não circulante		
Impostos parcelados		
Programa de parcelamento especial de impostos	1.314.260	1.281.132
INSS	46.946	54.026
CPMF	20.029	21.257
Outros	19.908	20.373
	1.401.143	1.376.788
Total não circulante	1.401.143	1.376.788
Total	1.759.518	1.730.682

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**23. Impostos e contribuições sociais e impostos parcelados--
Continuação**

- (i) INSS e CPMF – A Companhia desistiu de certas ações e apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Especial (“PAES”), de acordo com a Lei nº 10.680/2003. Esses pagamentos parcelados estão sujeitos à TJLP e podem ser pagos dentro de 120 meses.
- (ii) Outros – A Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pela SELIC e podem ser pagos dentro de 120 meses.
- (iii) Parcelamentos de impostos, Lei nº 11.941/09 – A Lei nº 11.941 foi publicada em 27 de maio de 2010 e, entre outras disposições, altera as leis tributárias federais relativas ao pagamento de dívidas fiscais por parcelamento, concedendo uma redução das multas e taxas de juros para aqueles que aderirem ao programa (REFIS).

A Companhia é parte em vários processos e pela lei mencionada acima optou por reduzir a sua exposição fiscal, com os benefícios de reduzir as multas e taxas de juros e um plano de financiamento de até 180 meses. A lei também permite que a compensação de prejuízos fiscais e depósitos judiciais relativos aos processos sejam utilizados para a redução do saldo a ser pago no parcelamento.

Durante o exercício de 2010, a Companhia e seus assessores legais avaliaram todos os processos administrativos e ações judiciais da Companhia perante a RFB, incluindo dívidas fiscais e previdenciárias avaliadas como riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e optou pela inclusão parcial dos processos no programa de parcelamento.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Saldo do parcelamento:		
Tributárias Federais	937.793	937.793
Previdência social	81.715	81.715
Causas com riscos prováveis	1.019.508	1.019.508
Tributárias Federais	247.057	247.057
Previdência social	137.965	137.965
Causas com riscos possíveis	385.022	385.022
Compensações em razão de depósitos judiciais e prejuízos fiscais	(363.254)	(363.254)
Atualizações do período	165.495	136.926
Saldo do parcelamento	1.206.771	1.178.202

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**23. Impostos e contribuições sociais e impostos parcelados--
Continuação**

Saldo do parcelamento:	Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010
Tributárias Federais	1.055.410	1.055.410
Previdência social	101.667	101.667
Causas com riscos prováveis	1.157.077	1.157.077
Tributárias Federais	297.285	297.285
Previdência social	137.965	137.965
Causas com riscos possíveis	435.250	435.250
Compensações em razão de depósitos judiciais e prejuízos fiscais	(453.958)	(453.958)
Atualizações do período	176.160	142.763
Saldo do parcelamento	1.314.529	1.281.132

Impostos federais

O Superior Tribunal Federal (STF) recentemente manifestou-se sobre a constitucionalidade do aumento da COFINS (Lei 9.718/99). A sentença foi desfavorável à Companhia. Em consequência, esta optou por aderir ao programa de parcelamento de débitos tributários (REFIS) permitido segundo a Lei 11.941/09. Ademais, promoveram, a inclusão de valores discutidos em outras teses sustentadas a respeito de crédito sobre despesas financeiras e tributação sobre outras receitas pela sistemática da não acumulatividade. O montante consolidado envolvido nesse processo, líquido de multas e redução de juros, é R\$1.055.410 em 31 de dezembro de 2010.

Seguridade social

A Companhia ajuizou uma ação declaratória de ausência de relacionamento legal relativa à contribuição ao SEBRAE, conforme estabelecido pela Lei 8.029/90, a fim de obter o reconhecimento do crédito reajustado para compensação com os saldos a pagar ao SESC e ao SENAC, sem o limite de 30%. Uma ação também foi ajuizada com relação à constitucionalidade do FUNRURAL par companhias sediadas em áreas urbanas. O montante consolidado incluído no programa de recuperação fiscal (REFIS), líquido de remissão de juros, é R\$101.667.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Impostos e contribuições sociais e impostos parcelados-- Continuação

Demais ações judiciais com possíveis riscos incluídos no programa REFIS

- *Processos fiscais_*– A Companhia recebeu autos de infração referentes às controvérsias sobre a dedutibilidade de determinadas despesas ou provisões, créditos extemporâneos não passíveis de tributação quando do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como processos administrativos relacionados às solicitações de compensação de crédito do PIS e COFINS. As discrepâncias são acrescidas a este ponto em relação à base de cálculo dessas contribuições, além daquelas verificadas pelas autoridades fiscais. O valor consolidado envolvido nesses processos judiciais é de R\$297.285.
- *Seguridade social* – A Companhia recebeu autos de infração relacionados às compensações de débitos de seguridade social oriundos dos créditos de processos judiciais. O valor consolidado envolvido é de R\$137.965.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Impostos de renda e contribuição social**a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social**

Controladora	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes do imposto de renda	164.877	220.280
Participação nos resultados	-	(5.565)
Lucro antes do imposto de renda e da participação nos resultados	164.877	214.715
Imposto de renda à alíquota nominal – 25% (*)	(41.219)	(53.679)
Multas fiscais	(64)	(135)
Resultado líquido REFIS (**)	-	180
Mais valia advindos de combinação de negócios	-	-
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto de controlada	9.165	15.723
Aproveitamento de créditos extemporâneos Globex	-	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(359)	(1.810)
Imposto de renda efetivo	(32.477)	(39.721)
Imposto de renda do período		
Corrente	(889)	5.864
Sobre ágio amortizado	(25.774)	(25.774)
Diferido	(5.814)	(19.929)
Despesa de imposto de renda diferido	(32.477)	(39.839)
Taxa Efetiva	19,7%	18,55%

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Impostos de renda e contribuição social--Continuação**a) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social--
Continuação**

Consolidado	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes dos impostos	97.456	234.317
Participação nos resultados	-	(7.293)
Lucro antes dos impostos e da participações nos resultados	97.456	227.024
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(29.237)	(68.082)
Multas Fiscais	(179)	(1.672)
Resultado líquido REFIS (**)	-	296
Valor justo de ativos advindos de combinações de negócios	27.000	
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto de controlada	3.164	6.661
Aproveitamento de créditos extemporâneo de Globex	-	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	12.646	6.124
Imposto de renda e contribuição social efetivo	13.394	(56.673)
Imposto de renda e contribuição social do período		
Corrente	(18.159)	(7.964)
Sobre ágio amortizado	(27.248)	(27.141)
Diferido	58.801	(21.568)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidas	13.394	(56.673)
Taxa Efetiva	--13,7%	24,96%

(*) O GPA não paga contribuição social (9%) baseada em uma ação vencedora no passado, o que reduz o imposto de renda para 25% nesta companhia.

(**) Ganhos relacionados à redução sobre multas e juros do programa REFIS (Nota 24) que não são tributáveis e geram diferença permanente.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Impostos de renda e contribuição social--Continuação**b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação**

Controladora	31.03.2011	31.12.2010
Prejuízos fiscais (i)	53.982	54.375
Provisão para demandas judiciais	107.943	117.334
Provisão de operações de hedge tributado pelo regime de caixa	(7.648)	(9.639)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.829	2.225
Amortização de ágio sobre investimento	55.294	52.124
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	(29.556)	(26.226)
Mais valia de ativos adquiridos na Combinação de Negócio	68.046	66.668
Imposto de renda sobre ágio Vieri – Casino	79.129	104.903
Outras	12.560	12.819
Imposto de renda diferido ativo	341.579	374.583
Reversão de ágio de 2008	30.967	33.762
Outros	630	630
Imposto de renda diferido passivo	31.597	34.392
Imposto de renda diferido ativo	341.579	374.583
Imposto de renda diferido passivo	(31.597)	(34.392)
Consolidado	31.03.2011	31.12.2010
Prejuízos fiscais (i)	745.677	720.530
Provisão para demandas judiciais	219.013	233.038
Provisão de operações de hedge tributado pelo regime de caixa	32.045	26.349
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	71.412	66.507
Amortização de ágio sobre investimentos	58.486	57.410
Provisão de Imposto de renda diferida sobre ágio não amortizado	(88.936)	(77.722)
Mais valia de ativos adquiridos na Combinação de Negócio	148.137	187.496
Imposto Renda sobre ágio Vieri – Casino	79.129	104.903
Provisão para redução de ágio	117.516	117.516
Outras	55.083	62.678
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.437.562	1.498.705
Provisão para realização de Imposto renda diferido	(79.196)	(106.196)
Imposto de Renda diferido ativo	1.358.366	1.392.509
Imposto de Renda s/ combinação de negocio Casas Bahia	995.521	1.006.049
Imposto de Renda s/ combinação de negócios Assai	-	16.681
Imposto de Renda s/ combinação de negócios Globex	244.331	244.865
Reversão de ágio de 2008	67.879	34.331
Outros	5.087	23.407
Imposto de Renda diferido passivo	1.312.818	1.325.333
Imposto de renda diferido ativo	1.358.366	1.392.509
Imposto de renda diferido passivo	(1.312.818)	(1.325.333)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

24. Impostos de renda e contribuição social—Continuação

b) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

- (i) As compensações de prejuízos fiscais estão relacionadas à aquisição da Sé e Globex e aqueles gerados pela subsidiária Sendas Distribuidora. A realização desses ativos líquidos da reserva de avaliação é considerado como provável de acordo o plano de negócio estabelecido pela Companhia.

A realização dos impostos diferidos ativos são revisados anualmente pela Administração. As premissas da Companhia para registrar esses ativos fiscais diferidos incluem (i) estratégias de planejamento fiscal viável, (ii) o fato de que os prejuízos fiscais não expiram de acordo com as leis brasileiras, e (iii) a probabilidade de utilização.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
Até 12 meses	141.833	260.798
De 13 a 24 meses	104.075	214.217
De 25 a 36 meses	43.515	204.073
De 37 a 48 meses	12.490	196.376
Mais de 60 meses	39.666	482.902
Total	341.579	1.358.366

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de março de 2011, é representado por 259.128 (R\$ 257.774 31 de dezembro de 2010) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 (idem a 31 de dezembro de 2010) em milhares de ações ordinárias, 159.448 em milhares de ações preferenciais (R\$ 158.094 31 de dezembro de 2010).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuaçãoa) Capital social--Continuação

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675. Deste total, R\$21.135 serão capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 serão capitalizados em proveito da acionista controladora da Companhia, a Wilkes Participações S.A.

	Capital social	Quantidade de Ações - mil	
		Preferenciais	Ordinárias
Em 31 de dezembro de 2010	5.579.259	158.094	99.680
Capitalização de reservas	-	-	-
Reserva Especial de Ágio	105.675	-	-
De lucros	421.500	-	-
Subscrição Privada de Ações	-	-	-
Opção de compra de ações			
Série IX	-	-	-
Série X	-	-	-
Série A1 Silver	-	-	-
Série A1 Gold	-	-	-
Série A2 Silver	-	-	-
Série A2 Gold	-	-	-
Série A3 Silver	-	-	-
Série A3 Gold	-	-	-
Série A4 Silver	-	-	-
Série A4 Gold	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2010	6.106.434	158.094	99.680

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) acima.

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio

Esta reserva foi gerada pela reestruturação societária e representa o benefício tributário futuro através da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

A reestruturação citada acima ocorreu em 2006 e consistiu na incorporação da antiga holding da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398. O efeito desta transação foi um imposto de renda diferido ativo no montante de R\$79.129 em 31 de março de 2011 (R\$104.903 em 31 de dezembro de 2010), e uma Reserva especial de ágio de R\$238.930 em 31 de março de 2011 (R\$344.606 em 31 de dezembro de 2010), que serão convertidas em ações e entregues aos acionistas de acordo com o benefício tributário do imposto diferido incorporado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

Em 31 de março de 2011 na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no montante de R\$105.675, mediante a capitalização da reserva especial de ágio.

Do valor do aumento, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício, portanto, de todos os acionistas da Companhia, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora da Companhia, qual seja, a Wilkes Participações S.A., nos termos do artigo 7º da Instrução nº 319/99, da CVM, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais conforme descrito na Nota 25 (c).

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na conta "opções outorgadas" são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações dos executivos da Companhia nos termos do CPC 010 (IFRS 2).

e) Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembléia.

Nos termos da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$421.500, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

(i) *Plano original de outorga de opções de compra de ações*

A Companhia outorgou em favor dos seus administradores planos de opções de compra de ações preferenciais. As ações emitidas em decorrência do exercício dos planos de opções de compra conferirão aos seus titulares os mesmos direitos das ações PN existentes. A administração dos Planos de Opções é realizada por comitê interno designado pelo Conselho de Administração.

O preço da outorga de cada ação é de, no mínimo, 60% da média ponderada das operações com as ações preferenciais na semana da outorga da opção.

O número de ações pode variar para cada beneficiário ou série. A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da seguinte forma e nos seguintes prazos: (i) 50% no último mês do terceiro ano subsequente à data da outorga (1ª tranche); e (ii) até 50% no último mês do quinto ano subsequente à data da outorga (2ª tranche), ficando a parte remanescente do segundo lote condicionado a vínculo de inalienabilidade até a aposentadoria do beneficiário, conforme fórmula definida no regulamento.

As ações com vínculo de inalienabilidade (Q), no momento do exercício das opções, são calculadas mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{sendo: } Q = \frac{(Q1 * Pm) - (Q1 * Pe)}{Pm}$$

Q = Quantidade de ações a serem gravadas com vínculo de inalienabilidade.

Q1 = 50% do total de ações da Companhia na data da concessão.

Pm = Preço de mercado da ação da Companhia na data do período.

Pe = Preço de exercício original da ação a qual foi definido na data da concessão, obedecendo aos termos do Plano.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuação

(i) *Plano original de outorga de opções de compra de ações--Continuação*

O preço da opção é corrigido pelo IGP-M desde a data da concessão até a data do efetivo exercício, deduzidos dos dividendos atribuídos no período.

(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

Nos termos das deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: *Silver* e *Gold*, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo *Gold* será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções *Silver*, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções *Gold* isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

As opções do tipo *Silver* e *Gold* passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção *Silver* é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção *Gold* é variável, sendo estipulada na data da outorga uma quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "*Return Over Invested Capital*" (ROIC) apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga.

As séries do plano anterior continuam em vigor até as respectivas datas de vencimentos.

(ii) Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2010										
Série IX	15/05/2005	15/05/2008	15/05/2010	26,00	29,86	989	(435)	(546)	(8)	-
Série X	07/06/2006	07/06/2009	07/06/2011	33,00	42,43	901	(229)	(402)	-	271
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(279)	(6)	-	41
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(901)	(106)	-	115
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(567)	(6)	-	275
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(647)	(6)	-	297
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(178)	-	-	490
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(198)	-	-	495
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	524	(91)	-	-	433
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	131	(76)	-	-	55
						7.152	(3.601)	(1.072)	(8)	2.472

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação

31 de março de 2011

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*—
Continuação -- Continuação

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 31 de março de 2011										
Série X	07/07/2006	07/07/2009	07/07/2011	33,00	43,47	901	(229)	(404)	-	270
Série A1 - Gold	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	0,01	0,01	326	(279)	(6)	-	41
Série A1 - Silver	13/04/2007	30/04/2010	29/04/2011	24,63	24,63	1.122	(901)	(106)	-	115
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(567)	(6)	-	275
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(647)	(6)	-	297
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(178)	-	-	490
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(198)	-	-	495
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	524	(91)	-	-	433
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	131	(76)	-	-	55
						6.163	(3.166)	(528)	-	2.471

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuação

- f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação
(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Séries outorgadas	Data da outorga	Data do exercício	Qde exercida	Preço exercício	Total	Preço do mercado
Série A 1 Gold	13/04/2007	10/07/2007	3	0,01	0	37,12
Série A 1 Gold	13/04/2007	28/11/2007	11	0,01	0	28,54
Série A 1 Gold	13/04/2007	17/12/2007	31	0,01	0	33,24
Série A 1 Gold	13/04/2007	10/03/2008	43	0,01	0	34,83
Série A 1 Gold	13/04/2007	27/05/2008	27	0,01	0	37,43
Série A 1 Gold	13/04/2007	15/03/2010	2	0,01	0	59,80
Série A 1 Gold	13/04/2007	09/06/2010	162	0,01	2	57,20
Série A 1 Silver	13/04/2007	10/07/2007	11	24,63	271	37,12
Série A 1 Silver	13/04/2007	28/11/2007	36	24,63	887	28,54
Série A 1 Silver	13/04/2007	17/12/2007	70	24,63	1.724	33,24
Série A 1 Silver	13/04/2007	10/03/2008	103	24,63	2.537	34,83
Série A 1 Silver	13/04/2007	27/05/2008	84	24,63	2.069	37,43
Série A 1 Silver	13/04/2007	10/06/2008	3	24,63	74	37,47
Série A 1 Silver	13/04/2007	22/07/2008	2	24,63	49	36,97
Série A 1 Silver	13/04/2007	11/09/2008	3	24,63	74	34,34
Série A 1 Silver	13/04/2007	01/04/2009	5	24,63	123	31,98
Série A 1 Silver	13/04/2007	05/08/2009	3	24,63	74	46,35
Série A 1 Silver	13/04/2007	02/10/2009	2	24,63	49	50,32
Série A 1 Silver	13/04/2007	15/03/2010	10	24,63	252	59,80
Série A 1 Silver	13/04/2007	09/06/2010	563	24,63	13.877	57,20
Série A 1 Silver	13/04/2007	12/07/2010	3	24,63	65	62,79
Série A 1 Silver	13/04/2007	28/10/2010	3	24,63	67	64,00
Série A 1 Silver	13/04/2007	15/12/2010	0	24,63	4	67,50
Série A 2 Gold	03/03/2008	10/03/2008	178	0,01	2	34,83
Série A 2 Gold	03/03/2008	27/05/2008	78	0,01	1	37,43
Série A 2 Gold	03/03/2008	10/06/2008	4	0,01	0	37,47
Série A 2 Gold	03/03/2008	22/07/2008	13	0,01	0	36,97
Série A 2 Gold	03/03/2008	11/09/2008	7	0,01	0	34,34
Série A 2 Gold	03/03/2008	01/04/2009	30	0,01	0	31,98
Série A 2 Gold	03/03/2008	05/08/2009	91	0,01	1	46,35
Série A 2 Gold	03/03/2008	02/10/2009	47	0,01	0	50,32
Série A 2 Gold	03/03/2008	15/03/2010	2	0,01	0	59,80
Série A 2 Gold	03/03/2008	09/06/2010	60	0,01	1	57,20
Série A 2 Gold	03/03/2008	12/07/2010	11	0,01	0	62,79
Série A 2 Gold	03/03/2008	28/10/2010	1	0,01	0	64,00
Série A 2 Gold	03/03/2008	15/12/2010	44	0,01	0	67,50
Série A 2 Silver	03/03/2008	10/03/2008	187	26,93	5.036	34,83
Série A 2 Silver	03/03/2008	27/05/2008	83	26,93	2.235	37,43
Série A 2 Silver	03/03/2008	10/06/2008	6	26,93	162	37,47
Série A 2 Silver	03/03/2008	22/07/2008	14	26,93	377	36,97
Série A 2 Silver	03/03/2008	11/09/2008	8	26,93	215	34,34
Série A 2 Silver	03/03/2008	01/04/2009	45	26,93	1.212	31,98
Série A 2 Silver	03/03/2008	05/08/2009	96	26,93	2.585	46,35
Série A 2 Silver	03/03/2008	02/10/2009	52	26,93	1.400	50,32
Série A 2 Silver	03/03/2008	15/03/2010	3	26,93	61	59,80
Série A 2 Silver	03/03/2008	09/06/2010	94	26,93	2.539	57,20
Série A 2 Silver	03/03/2008	12/07/2010	11	26,93	302	62,79
Série A 2 Silver	03/03/2008	28/12/2010	1	26,93	37	64,00
Série A 2 Silver	03/03/2008	15/12/2010	47	26,93	1.262	67,50
Série A 3 Gold	13/05/2009	15/03/2010	89	0,01	1	59,80
Série A 3 Gold	13/05/2009	09/06/2010	75	0,01	1	57,20
Série A 3 Gold	13/05/2009	12/07/2010	14	0,01	0	62,79
Série A 3 Silver	13/05/2009	15/03/2010	109	27,47	2.997	59,80
Série A 3 Silver	13/05/2009	09/06/2010	75	27,47	2.068	57,20
Série A 3 Silver	13/05/2009	12/07/2010	14	27,47	383	62,79
Série A 4 Gold	24/05/2010	12/07/2010	10	0,01	0	62,79
Série A 4 Gold	24/05/2010	28/10/2010	81	0,01	1	64,00
Série A 4 Silver	24/05/2010	12/07/2010	2	46,49	115	62,79
Série A 4 Silver	24/05/2010	28/10/2010	74	46,49	3.441	64,00
Série X	07/07/2008	02/10/2009	223	38,54	8.594	50,32
Série X	07/07/2008	09/06/2010	2	39,73	60	57,20
Série X	07/07/2008	12/07/2010	2	40,28	75	62,79
Série X	07/07/2008	28/10/2010	2	41,12	67	64,00
			3.165		57.429	

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(ii) *Novo Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Obs: Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano deliberou a antecipação da data do exercício da primeira tranche das opções da série VII para 13 de dezembro de 2005. Em 15 de março de 2007 foi encerrada a série VI, em 10 de junho de 2008 foi encerrada a série VII, em 05 de agosto de 2009 foi encerrada a série VIII, e em 09 de junho de 2010 foi encerrada a Série IX.

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano, em 29 de abril de 2010 aprovou o acelerador em 1,5%, referente à Série A1.

Em 30 de março de 2011, o comitê aprovou que não houve redução e ou aceleração referente à Série A2.

Em 31 de março de 2011, o valor da ação preferencial da Companhia na BOVESPA era de R\$67,12 para cada ação.

Em 31 de março de 2011, há 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderão servir de lastro às opções outorgadas do Plano.

(iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – CBD*

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 2011 de todas as opções outorgadas:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Quantidade de ações	259.128	257.774
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.471	2.471
Percentual máximo de diluição	<u>0,95%</u>	<u>0,95%</u>

O valor de mercado de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,72% (0,89% - 2009), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 40,47% (49,37% - 2009) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 9,66% (10,75% - 2009). A expectativa de vida média das séries X é de 5 anos, enquanto para as séries A1, A2, A3 e A4 é de 3 anos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido--Continuaçãof) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação(iii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – CBD--Continuação*

Exercício findo em 31 de dezembro de 2010	Ações	Média ponderada do preço de exercício
Em aberto no início do período	3.675	17,76
Outorgadas durante o período	657	10,32
Canceladas durante o período	(29)	31,11
Exercidas durante o período	(1.827)	18,77
Expiradas durante o período	(5)	26,00
Em aberto ao final do período	2.471	14,53
Período findo em 31 de março de 2011		
Em aberto no início do período	2.471	14,53
Outorgadas durante o período	-	-
Canceladas durante o período	(1)	33,00
Exercidas durante o período	-	-
Expiradas durante o período	-	-
Em aberto ao final do período	2.470	14,52

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de março de 2011 foram de R\$6.919 (R\$7.484 em 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Informações sobre os segmentos

A Administração separou as entidades recentemente adquiridas em quatro segmentos, como segue:

- Varejo – Inclui as bandeiras do Pão de Açúcar, CompreBem, Extra, Sendas e explora a atividade varejista;
- Eletrodomésticos – Inclui a bandeira Ponto Frio, Casas Bahia
- Atacarejo – Inclui a bandeira ASSAI;
- Comércio eletrônico – Inclui os web sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das informações trimestrais consolidadas. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos. Esses quatro segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Varejo, que é composto por lojas legadas da Companhia e aquisições totalmente integradas que operam principalmente sob as marcas “Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Extra”, “Extra Perto”, “Extra Fácil” e “Sendas”, o segmento de Atacarejo, que inclui a aquisição do Barcelona e atua sob a marca “Assai”, e o segmento de Eletrodomésticos, que inclui a aquisição da Globex e Casas Bahia operam sob as marcas “Casas Bahia”, “Ponto Frio”. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

Em 2010 a Companhia identificou o segmento comercio eletrônico separado do negocio eletrodoméstico devido à diferença na estratégia e na gestão dos negócios que inclui os web sites pontofrio.com.br, extra.com.br e casasbahia.com.br.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Informações sobre os segmentos -- continuação

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias--Continuação
31 de março de 2011
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

26. Informações sobre os segmentos--Continuação

31.03.2011

Descrição	Varejo		Atacarejo		Eletrodomésticos		Comércio Eletrônico		Total	
Receita Líquida de Vendas	5.163.990	820.397	4.191.561		692.846		10.868.794		10.868.794	
Lucro Bruto	1.421.678	115.090	1.201.201		110.429		2.848.398		2.848.398	
Depreciação de Amortização	(118.131)	(6.638)	(31.666)		(1.716)		(158.151)		(158.151)	
Despesas Financeiras	(218.434)	(24.414)	(186.071)		(30.178)		(459.097)		(459.097)	
Receita Financeira	81.117	74	52.046		135		133.372		133.372	
Lucro Operacional	273.065	5.288	118.011		26.817		423.181		423.181	
Lucro antes do IR e CS	144.518	(6.585)	(37.251)		(3.226)		97.456		97.456	
Imposto e Renda e Contr. Soc	(8.351)	6.027	13.579		2.139		13.394		13.394	
Ativo circulante	6.980.160	659.210	6.681.710		606.925		14.928.005		14.881.928	
Ativo não circulante	13.756.452	749.749	2.593.818		24.774		17.124.793		15.346.897	
Passivo circulante	4.693.169	643.523	4.688.730		647.963		10.673.385		10.057.986	
Passivo não -circulante	7.798.338	523.687	2.141.044		155		10.463.225		10.463.224	

31.03.2010

Descrição	Varejo		Atacarejo		Eletrodomésticos		Comércio Eletrônico		Total	
Receita Líquida de Vendas	5.107.341	608.702	1.052.442		205.029		6.973.515		6.972.793	
Lucro Bruto	1.315.348	91.180	231.284		33.965		1.671.777		1.671.055	
Depreciação de Amortização	(107.209)	(4.473)	(12.963)		(499)		(125.144)		(110.598)	
Despesas Financeiras	(139.703)	(7.341)	(26.473)		(5.323)		(178.841)		(178.857)	
Receita Financeira	69.462	171	4.575		162		74.370		77.617	
Lucro Operacional	254.058	11.506	14.606		5.065		285.235		328.264	
Lucro antes do IR e CS	189.853	4.335	(13.024)		(96)		181.068		227.024	
Imposto e Renda e Contr. Soc	(54.668)	382	9.711		(293)		(44.868)		(56.673)	

Ativo circulante	6.742.456	725.622	6.812.134		518.760		14.798.972		14.716.365	
Ativo não circulante	13.882.948	768.278	2.381.808		16.328		17.049.362		15.216.383	
Passivo circulante	(5.352.448)	(738.753)	(4.559.843)		(594.368)		(11.245.413)		(10.816.898)	
Passivo não circulante	(7.098.372)	(512.839)	(1.460.381)		(545.558)		(9.617.149)		(9.532.080)	

circulante para não circulante;

Informações gerais da Companhia**Notas Explicativas**

A Companhia atua principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	31.03.2011	31.12.2010
Alimentos	55,0%	53,2%
Não-alimentos	45,0%	46,8%
Total de Vendas	100,0%	100,0%

(*) Representa a venda de gasolina e itens de drogaria.

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora	Consolidado
	31.03.2011	31.03.2011
Resultado – Lei nº 11.941/09 - Globex		(12.768)
Resultado Ativo Permanente	514	(1.441)
Ganho Part. Societária	(5.827)	(12.106)
Outras	35	(410)
TOTAL	(5.278)	(12.030)
		(9.642)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011	31.03.2010
Despesas financeiras				
Encargos financeiros- BNDES	(9.324)	(2.315)	(9.847)	(3.539)
Encargos financeiros -Debêntures	(58.388)	(32.979)	(58.388)	(32.979)
Juros sobre empréstimos	(26.908)	(12.757)	(43.994)	(20.212)
Operações de swap	(13.216)	(2.531)	(34.847)	(7.931)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	(3.490)	(1.165)	(15.044)	(3.721)
Juros capitalizados	5.174	2.206	3.109	4.920
Securitização de recebíveis	(36.657)	(28.051)	(162.575)	(29.807)
Antecipação de recebíveis de cartão de crédito	(4.424)	-	(8.384)	(14.828)
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	(44.157)	(32.764)	(66.643)	(49.865)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	(1.644)	(1.893)	(4.074)	(3.376)
I.O.F e serviços bancários	(6.652)	(3.251)	(17.995)	(6.305)
Juros sobre mútuo	(84)	(42)	(84)	(42)
Ajuste a valor presente	-	(820)	(6.977)	(820)
Outras despesas financeiras	(2.044)	(1.543)	(33.354)	(10.352)
Total das despesas financeiras	(201.814)	(117.905)	(459.097)	(178.857)
Receitas financeiras				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	46.960	26.687	61.502	31.061
Cotas subordinadas PAFIDC	1.840	3.197	2.055	3.571
Descontos financeiros obtidos	10.654	10.740	11.904	12.170
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	5.690	7.715	23.438	21.865
Juros sobre vendas a prazo	698	552	1.073	997
Juros sobre mútuo	11.228	7.855	-	1
Ajuste a valor presente	(701)	(386)	(1.274)	(360)
Outras receitas financeiras	1.671	699	34.674	8.312
Total das receitas financeiras	78.040	57.059	133.372	77.617
Resultado financeiro	(123.774)	(60.846)	(325.725)	(101.240)

29. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrado pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia faz contribuições mensais em nome de seus funcionários. As contribuições realizadas pela Companhia referentes ao período encerrado em 31 de Março de 2011 totalizaram R\$ 648 (R\$ 555 em março de 2010) e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$ 943 (R\$ 815 em março de 2010). O plano contava com 900 participantes em 31 de março de 2011 (879 em março de 2010).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação tem um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos, e, dessa forma, o lucro por ação é calculado para as ações preferenciais.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Nota 26), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

De acordo com o método de ações em tesouraria, o lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação--Continuação

	Em 31 de março de 2011			Em 31 de dezembro de 2010		
	Prefer.	Ordinárias	Total	Prefer.	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Dividendo real proposto	-	-	-	109.003	62.572	171.575
Lucro básico alocado e não distribuído	70.263	40.587	110.850	349.156	201.691	550.847
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	70.263	40.587	110.850	458.159	264.263	722.422
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	156.873	99.680	256.553	156.873	99.680	256.553
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	0,45	0,41		2,92	2,65	
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	0,44	0,41		2,89	2,65	
Numerador diluído						
Dividendo proposto (acumulado)	-	-	-	109.003	62.572	171.575
Lucro líquido alocado e não distribuído	70.263	40.587	110.850	349.156	201.691	550.847
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	70.263	40.587	110.850	458.159	264.263	722.422
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	156.873	99.680	256.873	156.873	99.680	256.553
Opções de compra de ações	1.729	-	1.729	1.616	-	1.616
Opção de venda de ações (Sendas)	-	-	-	-	-	-
Média ponderada diluída das ações (milhares)	158.602	99.680	258.602	158.489	99.680	258.169

30. Cobertura de seguro

A cobertura, em 31 de dezembro de 2010, é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros, e pode ser resumida da seguinte forma:

		Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Bens segurados	Riscos cobertos		
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	6.310.666	13.151.539
Lucro	Lucros cessantes	1.372.751	2.395.808

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil e de administradores, no montante de R\$137.985. As informações acima não foram auditadas pelos auditores independentes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	-	0,00%	65.400.000	25,24%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	2.465.206	1,55%	31.084.384	12,00%
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.527.380	12,87%	20.527.380	7,92%
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	-	0,00%	5.600.052	2,16%
SEGISOR *	-	0,00%	5.091.754	3,19%	5.091.754	1,96%
SWORDFISH INVESTMENTS LIMITED*	-	0,00%	613.607	0,38%	613.607	0,24%
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	6.739.380	4,23%	6.739.380	2,60%
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.055.172	2,54%	4.055.172	1,56%
PENINSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	2.608.467	1,64%	2.608.467	1,01%
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	648.729	0,41%	648.729	0,25%
MARLIN INVESTMENTS LTD.*	-	0,00%	32.000	0,02%	32.000	0,01%
ACÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
OUTROS	60.621	0,06%	116.433.693	73,02%	116.494.314	44,96%
TOTAL	99.679.851	100,00%	159.447.974	100,00%	259.127.825	100,00%

(*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENINSULA PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	-	-	20.375.000	25,49
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	39.179.308	100,00	59.554.308	74,51
TOTAL	40.750.000	100,00	39.179.308	100,00	79.929.308	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00		
TOTAL	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	99,99	515.580.242	99,99		
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,01	10.312	0,01		
TOTAL	515.590.554	100,00	515.590.554	100,00		

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
PENINSULA PARTICIPAÇÕES LTDA					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	250.659.236	61,48	3	20,00	250.659.239	61,48
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	20,00	39.260.448	9,63
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'ÁVILA	39.260.447	9,63	1	20,00	39.260.448	9,63
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	20,00	39.260.448	9,63
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	9,63	1	20,00	39.260.448	9,63
TOTAL	407.701.024	100,00	5	100,00	407.701.031	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00		
TOTAL	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00		

(**) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA					Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
PENINSULA PARTICIPAÇÕES LTDA	566.610.599	100,00	566.610.599	100,00		
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00	1	-		
TOTAL	566.610.600	100,00	566.610.600	100,00		

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
ACIONISTA / COTISTA	Cotas		Posição em 31/03/2011 (Em unidades)	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	-	99,99	-	99,99
OUTROS	-	0,01	-	0,01
TOTAL	-	100,00	-	100,00

(*) Empresa Estrangeira

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	42.800.217	26,84%	142.419.548	54,96%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.371	0,00%	4.371	0,00%
Diretoria	-	0,00%	355.848	0,22%	355.848	0,14%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	116.054.952	72,79%	116.115.472	44,81%
Total	99.679.851	100,00%	159.447.974	100,00%	259.127.825	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	116.054.952	72,79%	116.115.472	44,81%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO								
ACIONISTA	Ações Ordinárias		Ações PNA		Ações PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94	39.606.227	26,64	2.083.078	31,10	141.308.636	55,40
Administradores								
Conselho de Administração	-	-	4.370	0,00	-	-	4.370	0,00
Diretoria	-	-	375.796	0,25	2.689	0,04	378.485	0,15
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	232.586	0,16	-	-	232.586	0,09
Outros Acionistas	60.520	0,06	108.469.952	72,95	4.612.172	68,86	113.142.644	44,36
Total	99.679.851	100,00	148.688.931	100,00	6.697.939	100,00	255.066.721	100,00
Ações em Circulação	60.520	0,06	108.469.952	72,95	4.612.172	68,86	113.142.644	44,36

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição
São Paulo, SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de Maio de 2011
Ernst & Young Terco
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015199/O-6

Antonio Carlos Fioravante
Contador
CRC nº 1SP184973/O-0